

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Edital 138/2026**Informações Básicas**

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
138/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	ALBERTO DO NASCIMENTO BEZERRA	09/06/2026 13:38 (v 0.3)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.000900/2026-48

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUNILTON BARBOSA SILVA

Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO

90116/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)
(254445)

OBJETO

Registro de preços para aquisição de cabos elétricos diversos, em atendimento a Bio-Manguinhos

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 25/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço item

MODO DE DISPUTA:
aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
8. DA FASE DE JULGAMENTO	11
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
10. DO TERMO DE CONTRATO	15
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	16
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	16
13. DOS RECURSOS	17
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20

**INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2026
(Processo Administrativo nº 25386.000550/2026-10)

Torna-se público que Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por intermédio do INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS (BIO-MANGUINHOS), sediado Av. Brasil nº 4.365 - Manguinhos – RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é para aquisição de cabos elétricos diversos, em atendimento a Bio-Manguinhos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. OBS.: ATENTAR PARA AS ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES DOS ITENS. Os códigos CATMAT inseridos são aproximados, não representando com total exatidão os descritivos dos materiais requeridos. Portanto, os descritivos considerados na realização desta COMPRA SÃO OS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DOS ITENS

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.11 sociedades cooperativas;
- 3.7.12 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.7.13 pessoas físicas.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

4.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

4.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.11.2 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.4.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.7 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.8 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.9 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.10 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 e 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5% (cinco por cento).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1 empresas brasileiras;

7.21.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.2 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.3 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao@bio.fiocruz.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Termo de Ciência e Concordância;

16.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 Anexo II – Especificação Detalhada dos itens;

16.11.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4 Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.5 Anexo V - Portaria nº 01/2026-Cogead;

Rio de Janeiro, 09 de junho de 2026.

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Termo de Referência 307/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
307/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	ALBERTO DO NASCIMENTO BEZERRA	09/06/2026 13:42 (v 0.6)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.000550/2026-10

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUNILTON BARBOSA SILVA

Pregoeiro

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia.pdf (739.82 KB)

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

(Processo Administrativo nº 25386.000550/2026-10)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de aquisição de cabos elétricos diversos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item RCO	Item	Material / Serviço	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	18160	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;VERDE;0,6/1KV;90°C;150MM2	M	200		
2	18162	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;AZUL;0,6/1KV;90°C;150MM2	M	200		
3	18163	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;VERDE;0,6/1KV;90°C;120MM2	M	200		
4	18164	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;AZUL;0,6/1KV;90°C;120MM2	M	200		
5	18289	CABO,ELETTRICO;COBRE;FLEXIVEL;PRETO;0,6/1KV;90°C;25MM2	M	300		
6	22338	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PRETO;0,6/1KV;6MM2	M	450		
7	22427	CABO MANGA;22AWG;SEM BLINDA;8 VIAS;APL PORTA CONTR ACESSO	M	300		
8	26748	CABO,FLEXIVEL;COBRE;PRT;PVC;90°C;TENSAO;1KV;1X10MM	M	450		
9	33099	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;1,5MM²	M	200		
10	33100	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;1,5MM²	M	200		
11	43801	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;HEPR;AZUL;0,6/1KV;90°C;1x4MM2	M	200		
12	43802	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;HEPR;PRETO;0,6/1KV;90°C;1x4MM2	M	450		
13	43807	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;HEPR;VERDE;0,6/1KV;90°C;1x10MM2	M	450		
14	43846	CABO,FORCA;FLEXIVEL;TRIPOLAR;3X1MM;10A;2M;PADRAO BRASIL	UN	15		
15	53071	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;4MM²	M	1.100		
16	53072	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;4MM²	M	2.400		
17	53073	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;2,5MM²	M	450		
18	53074	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;2,5MM²	M	1.000		
19	53075	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;4MM²	M	450		
20	53076	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;1,5MM²	M	450		
21	53077	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;2,5MM²	M	1.100		
22	53078	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;2,5MM²	M	1.100		
23	53079	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;4MM²	M	450		
24	53080	CABO,PP;FLEXIVEL;3X4MM²;300/500V;RL 100M	M	200		
25	53081	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;6MM²	M	163		
26	53999	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;2X2,5MM²	M	200		
27	54003	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;1MM²	M	100		
28	54439	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;6MM²	M	200		
29	54441	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;6MM²	M	3.000		
30	54442	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;6MM²	M	400		
31	54445	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;10MM²	M	400		
32	54460	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;HEPR;PRETO;0,6/1KV;90°C;1X185MM²	M	100		
33	54461	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;3X1,5MM²	M	700		
34	54462	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;3X2,5MM²	M	700		
35	54463	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;3x4MM²	M	200		
36	54805	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;1,5MM²	M	350		
37	55896	CABO;INSTRUMENTACAO/SINAL;BLINDADO;1X2X1,00MM	M	500		
38	56053	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;BRANCO;0,75MM2	M	200		
39	56055	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;0,75MM2	M	450		
40	56056	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;0,75MM2	M	100		
41	56480	CABO;AFT;4X22AWG;BLIND;PRETO;049.0982.01.13,CONDUSCAMP	M	40		
42	56481	CABO;AFT;2X22AWG;BLIND;PRETO;049.0980.01.11,CONDUSCAMP	M	160		
43	59506	CABO,FORCA;IEC-C19;14AWG;4,80MM;20A;3M	UN	16		
44	63101	CABO,FORCA ENERGIA,2P+T;20A;3X2,5MMX1,5M;BRANCA,APL ARJ	UN	1		
45	63392	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;0,75MM	M	200		
46	67587	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;240MM²	M	200		
47	67589	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;240MM²	M	300		
48	67590	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;240MM²	M	1.100		
49	67591	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;150MM²	M	800		
50	67592	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;16MM²	M	100		

51	67593	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;120MM²	M	2.000		
52	67594	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;95MM²	M	100		
53	67595	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;95MM²	M	100		
54	67596	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;70MM²	M	1.600		
55	67597	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;50MM²	M	1.400		
56	67598	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;50MM²	M	200		
57	67599	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;25MM²	M	400		
58	67600	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;16MM²	M	100		
59	67601	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;50MM²	M	100		
60	67603	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PP;COBRE;PRETO;300/500V;4X4MM²	M	200		
61	67604	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;4MM²	M	100		
62	67606	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;6MM²	M	150		
63	67607	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;6MM²	M	100		
64	67608	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;10MM²	M	120		
65	67609	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;16MM²	M	90		
66	67612	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;25MM²	M	300		
67	67613	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;35MM²	M	100		
68	67614	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;35MM²	M	1.000		
69	67615	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;35MM²	M	100		
70	67618	CABO,INSTR;FLEX;PRETO;BLINDAGEM;COBRE;300V;1X3X0,75MM²	M	100		
71	67626	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PP;COBRE;PRETO;300/500V;4X2,5MM²	M	400		
72	67639	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;4X16MM²	M	72		
73	67652	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;4X10MM²	M	100		
74	67654	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;4X6MM²	M	100		
75	67664	CABO,ELETTRICO;FLEXIVEL;PP;COBRE;PRETO;500V;1MM²	M	100		

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois possuem especificações padronizadas, amplamente disponíveis no mercado, com qualidade e desempenho objetivamente definidos, atendendo ao conceito previsto no art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **90 (NOVENTA) dias** contados do **recebimento da Nota de Empenho/AEM (Autorização de Entrega de Material)**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000007/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;
- III) Id do item no PCA: 1 e 350;
- IV) Classe/Grupo: 9999; 6130 e 6685;
- V) Identificador da Futura Contratação: 254445-23/2026 e 254445-27/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1 Preferencialmente que os materiais sejam fabricados com materiais recicláveis ou com conteúdo mínimo de material reciclado, comprovado por declaração do fabricante ou ficha técnica;
- 4.1.2 Preferência por materiais recicláveis, embalagens reduzidas e logística reversa obrigatória; e
- 4.1.3 Eficiência energética, durabilidade dos componentes e comprovação de políticas ambientais corporativas.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação, para os itens 41 e 42, será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as disposições do Estudo Técnico Preliminar e com base nas marcas previstas no Anexo – Especificações Técnicas dos Materiais: CONDUSCAMP.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, pois a aquisição de cabos elétricos, exige fornecimento direto do fabricante ou distribuidor autorizado. A subcontratação não agrega valor ao processo, pode comprometer a rastreabilidade, a garantia dos componentes e a padronização necessária aos sistemas instalados.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois trata-se de aquisição de itens consumíveis, cujo desgaste natural decorre do uso contínuo nos sistemas industriais. Por sua natureza, esses materiais não possuem vida útil prolongada, sendo impraticável e inadequada a aplicação de garantia contratual sobre o consumo operacional.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do envio por endereço eletrônico, formulado sob Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de entrega, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 45 (quarenta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado de Bio-Manguinhos – Fundação Oswaldo Cruz - Avenida Brasil, 4365 – Bairro Manguinhos – CEP 21045-900, Rio de Janeiro-RJ – Horário: 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:00.

5.3.1 As entregas só poderão ser feitas com agendamento prévio junto ao Almoxarifado de Bio-Manguinhos através do e-mail: agendarecebimento@bio.fiocruz.br e pelos telefones: (21) 3882-7017 ou (21) 3882-9468, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Entregas não agendadas não serão recebidas. Ressaltamos que o almoxarifado não abre para recebimento nos últimos 03 (três) dias úteis do mês.

5.3.2 **Para os itens 1 a 6, 8 a 42 e 45 a 75, deverão ser apresentados os certificados dos fabricantes dos produtos declarados junto ao INMETRO.**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios

redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,05% (cinco centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco) dias**;

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.11.1 o prazo de validade;
- 8.11.2 a data da emissão;
- 8.11.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.11.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.11.5 o valor a pagar; e
- 8.11.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou

incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/05/2026, data da assinatura do termo de atesto do Mapa Comparativo de Preços.

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente do pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral, a cada pedido.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.20. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.21. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.22. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.23. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.24. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

ANEXO I
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

- 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária da Capital, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Estudo Técnico Preliminar 283/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25386.000550/2026-10

2. Descrição da necessidade

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo identificar e analisar cenários para o atendimento da demanda descrita no Documento de Formalização da Demanda, além de demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas. O ETP subsidia o respectivo processo de contratação, conforme preceitua o artigo 18, inciso II, da Lei 14.133/2021, e está em conformidade com o artigo 6º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/2022, fornecendo as informações necessárias para garantir a eficiência, vantajosidade e sustentabilidade da contratação pública.

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, unidade da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, é responsável pela pesquisa, desenvolvimento, produção e fornecimento de vacinas, kits para diagnóstico e biofármacos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e outros órgãos públicos. Sua missão é garantir acesso a produtos essenciais para a saúde pública, contribuir para a autonomia tecnológica do Brasil e promover inovação no setor de biotecnologia. A instituição desempenha um papel estratégico na proteção e prevenção de doenças por meio da oferta de soluções biotecnológicas. Vem investindo na ampliação do seu parque industrial, vacinas, biofármacos e reativos para diagnóstico, bem como na área de desenvolvimento tecnológico de novos produtos de alto valor agregado. Essa estratégia visa à prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças de grande impacto na saúde pública do país. As linhas de atuação de Desenvolvimento Tecnológica e Inovação são definidas a partir de critérios como: situação epidemiológica do país, demanda definida pelos diferentes programas do Ministério da Saúde, o avanço tecnológico do projeto, projeção tecnológica, viabilidade econômica e existência de capacidade científica e tecnológica e de financiamento e gerenciamento.

Visando o pleno atendimento à demanda do Ministério da Saúde para o fornecimento de imunobiológicos, Bio-Manguinhos desenvolveu um planejamento para a aquisição de materiais de consumo. Os itens constam do Planejamento Anual Orçamentário que está associado às iniciativas estratégicas da unidade. A aquisição de materiais para Bio-Manguinhos é fundamental para garantir a continuidade da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos que atendem o Sistema Único de Saúde (SUS). Esses insumos permitem a instituição cumprir sua missão de proteger a saúde pública, promovendo a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças de grande impacto no Brasil. Além disso, o investimento em materiais assegura o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos de alto valor agregado, ampliando a capacidade de resposta do país frente a desafios epidemiológicos.

Pedido de Compra: 223355

A aquisição dos cabos elétricos previstos neste Pedido de Compra é essencial para garantir a adequada execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas elétricos que atendem às instalações industriais, laboratoriais e administrativas de Bio-Manguinhos. Tais materiais configuram insumos de consumo indispensáveis à realização de intervenções técnicas, tanto em rotinas programadas quanto em situações emergenciais, sendo amplamente utilizados em circuitos de alimentação de máquinas e equipamentos, quadros elétricos, painéis de distribuição, sistemas de utilidades e redes elétricas prediais e industriais, além de adequações, ampliações e recomposições de circuitos existentes.

A diversidade de especificações técnicas dos cabos, incluindo diferentes bitolas, classes de tensão e padronização de cores, é fundamental para assegurar a correta identificação dos circuitos, a compatibilidade com as cargas elétricas instaladas e a adequada capacidade de condução de corrente, em conformidade com os requisitos de segurança. Esses aspectos são determinantes para o desempenho eficiente e seguro das instalações elétricas, evitando sobrecargas, aquecimentos excessivos e falhas operacionais que possam comprometer a integridade dos sistemas e dos equipamentos.

A utilização desses materiais está diretamente relacionada ao atendimento das Boas Práticas de Fabricação (BPF), bem como às normas técnicas aplicáveis às instalações elétricas, em especial aquelas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), além dos requisitos regulatórios expedidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Em ambientes industriais e laboratoriais, onde há elevado grau de controle e exigência regulatória, a conformidade elétrica constitui elemento crítico para a manutenção das condições operacionais seguras e para o atendimento aos padrões de qualidade exigidos.

Nesse contexto, a disponibilidade contínua de cabos elétricos adequados é imprescindível para a realização de manutenções preventivas e corretivas, substituição de componentes deteriorados ou fora de especificação, recomposição de circuitos e adequação das instalações às demandas operacionais. Ademais, contribui de forma direta para a garantia da segurança elétrica das instalações, prevenção de curtos-circuitos, sobreaquecimentos, falhas sistêmicas e interrupções operacionais, bem como para a mitigação de riscos de acidentes elétricos e incêndios.

A ausência desses insumos compromete significativamente a execução das atividades de manutenção, podendo resultar em falhas elétricas, riscos à integridade física de colaboradores, danos às instalações e equipamentos, além de gerar não conformidades técnicas e regulatórias. Tais impactos afetam diretamente a continuidade operacional das atividades produtivas, laboratoriais e administrativas, podendo ocasionar paralisações, perdas produtivas e prejuízos institucionais.

A utilização dos cabos abrange todo o Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, incluindo áreas produtivas, laboratórios, sistemas de utilidades, áreas classificadas, setores administrativos, casas de máquinas, salas técnicas, quadros elétricos, corredores técnicos e almoxarifados de manutenção. Trata-se, portanto, de um insumo transversal, cuja aplicação é essencial para o funcionamento integrado de toda a infraestrutura elétrica da instituição.

A contratação tem como objetivo assegurar a disponibilidade contínua desses materiais, garantindo o funcionamento seguro e confiável das instalações elétricas, o atendimento às normas técnicas e de segurança, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação e a mitigação de riscos operacionais e de segurança do trabalho. Além disso, visa preservar a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e administrativas, fundamentais para o cumprimento da missão institucional.

Sob o aspecto científico e estratégico, a indisponibilidade dos cabos elétricos pode inviabilizar manutenções críticas, comprometer o funcionamento de equipamentos essenciais, gerar riscos de acidentes e incêndios, além de ocasionar não conformidades em auditorias técnicas e sanitárias. Tais fatores impactam diretamente a continuidade das atividades produtivas estratégicas e o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde, afetando a capacidade institucional de resposta às demandas do sistema público de saúde.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base em critérios técnicos que consideram o desgaste natural e o envelhecimento dos cabos instalados, o histórico de consumo nas rotinas de manutenção elétrica, a diversidade de circuitos, tensões e potências existentes no Parque Fabril, bem como a necessidade de manutenção de um estoque mínimo estratégico para atendimento a demandas emergenciais. Também foram consideradas as previsões de consumo para o exercício de 2026, de modo a assegurar o adequado planejamento e a continuidade das operações sem descontinuidade no fornecimento desses insumos críticos.

Pedido de Compra: 223356

A aquisição de cabos elétricos flexíveis, em diferentes bitolas, tensões nominais, tipos de isolamento (PVC, PP e HEPR) e cores, é indispensável para assegurar o adequado funcionamento dos sistemas elétricos que compõem a infraestrutura do Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Esses componentes desempenham papel essencial na

alimentação elétrica, interligação, comando, proteção e aterramento de equipamentos, painéis elétricos, sistemas de automação, utilidades industriais e demais instalações, sendo fundamentais para a operação contínua e segura dos processos produtivos.

Os cabos elétricos constituem elementos críticos para a condução segura e contínua de energia, garantindo a confiabilidade dos sistemas de força, comando e controle, além de possibilitar a execução eficiente de manutenções preventivas, corretivas e adequações técnicas. Sua correta especificação e aplicação são determinantes para o atendimento às normas técnicas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às instalações elétricas industriais, bem como para a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação (BPF), que exigem elevado nível de controle e segurança nos ambientes produtivos e laboratoriais.

A utilização desses materiais abrange diversas aplicações estratégicas, incluindo painéis elétricos de força e comando, sistemas de automação e controle industrial, alimentação de máquinas e equipamentos produtivos, sistemas de utilidades como ar comprimido, HVAC, bombas e motores, além de linhas de produção automatizadas e sistemas de aterramento, proteção e sinalização elétrica. A versatilidade e a adequação técnica dos cabos especificados permitem atender às diferentes demandas operacionais, garantindo desempenho compatível com as condições de uso e com os requisitos de segurança.

Os cabos previstos apresentam características técnicas que asseguram elevado padrão de qualidade e confiabilidade, tais como condutores flexíveis de cobre, que facilitam a instalação e o manuseio, isolamentos compatíveis com as tensões e temperaturas de operação, resistência térmica, elétrica e mecânica adequada ao ambiente industrial, além de identificação padronizada por cores, conforme boas práticas de engenharia elétrica. Adicionalmente, atendem às normas técnicas aplicáveis, notadamente as estabelecidas pela ABNT, garantindo durabilidade e desempenho ao longo de todo o ciclo de vida dos sistemas em que são empregados.

A indisponibilidade desses materiais compromete de forma significativa a execução das atividades de manutenção elétrica, podendo resultar na impossibilidade de realização de intervenções preventivas e corretivas, atrasos na recomposição de circuitos e riscos associados a soluções improvisadas tecnicamente inadequadas. Tais condições aumentam a probabilidade de falhas elétricas, sobreaquecimentos, curtos-circuitos e demais eventos que afetam diretamente a segurança das instalações e das pessoas, além de potencialmente gerar não conformidades em auditorias técnicas e sanitárias.

O impacto operacional decorrente da ausência desses insumos é relevante, podendo afetar diretamente a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e administrativas, inclusive aquelas relacionadas à produção de imunobiológicos, biofármacos e reativos. Considerando a criticidade dos processos desenvolvidos, qualquer interrupção ou instabilidade elétrica pode comprometer a integridade dos produtos, a confiabilidade dos processos e o atendimento às demandas institucionais.

A utilização dos cabos elétricos estende-se a todo o Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, incluindo painéis elétricos, quadros de distribuição, sistemas de automação e controle, equipamentos produtivos, sistemas de utilidades, casas de máquinas, áreas técnicas e áreas produtivas classificadas, como Grau “B” e “C”, onde os requisitos de controle e segurança são ainda mais rigorosos. Dessa forma, trata-se de um insumo essencial para a manutenção da infraestrutura elétrica de toda a planta industrial.

A contratação visa garantir a disponibilidade contínua desses materiais, assegurando a continuidade operacional dos sistemas elétricos e de automação, a segurança das instalações e dos equipamentos, o atendimento tempestivo às demandas de manutenção e a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação. Além disso, contribui para a mitigação de riscos elétricos, operacionais e patrimoniais, preservando a integridade dos ativos e a estabilidade dos processos produtivos.

Sob o ponto de vista científico e estratégico, os cabos elétricos são componentes fundamentais para a confiabilidade dos sistemas industriais, garantindo estabilidade no fornecimento de energia, funcionamento seguro de equipamentos e proteção de sistemas críticos. Sua adequada disponibilidade impacta diretamente a continuidade das operações industriais e o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde, sendo, portanto, essencial para o atendimento das demandas do sistema público de saúde.

Por fim, a estimativa das quantidades foi definida com base em critérios técnicos que consideram o histórico de consumo nas rotinas de manutenção elétrica, o quantitativo de painéis, equipamentos e sistemas instalados, a diversidade de aplicações e especificações, o desgaste natural dos materiais e a necessidade de substituições

periódicas. Também foram consideradas as periodicidades estabelecidas nos planos de manutenção e nos Procedimentos Operacionais Padrão vigentes, bem como a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimento a situações emergenciais e as demandas previstas para o exercício de 2026, garantindo, assim, a continuidade e a eficiência das operações.

Pedido de Compra: 223360

Atuando diretamente nas atividades de saúde pública no país, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Bio-Manguinhos possui a obrigatoriedade de cumprir rigorosamente os regulamentos sanitários e adotar procedimentos operacionais padronizados, de forma a assegurar a integridade, a rastreabilidade e a confiabilidade de todos os processos relacionados ao desenvolvimento tecnológico, à produção e ao controle de qualidade. Nesse contexto, o atendimento às diretrizes estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e às Boas Práticas de Fabricação (BPF) constitui requisito indispensável para a manutenção das atividades institucionais e para a garantia da qualidade dos produtos disponibilizados ao sistema público de saúde.

Considerando a necessidade contínua de operação e manutenção dos equipamentos, sistemas de utilidades, supervisórios e instalações industriais localizados no Campus da Fiocruz em Manguinhos, no Rio de Janeiro, o Instituto, por meio de seu Departamento de Manutenção, realiza anualmente o planejamento das demandas de materiais de consumo, componentes e itens permanentes necessários à sustentação de sua infraestrutura. Esse planejamento tem como objetivo assegurar a disponibilidade operacional dos ativos, prolongar sua vida útil e garantir a continuidade dos processos produtivos voltados ao atendimento das demandas pactuadas com o Ministério da Saúde, especialmente no fornecimento de imunobiológicos, biofármacos e reativos para diagnóstico.

Em razão das características técnicas das instalações industriais e da elevada complexidade dos sistemas operacionais, observa-se um desgaste natural e progressivo dos equipamentos e componentes, decorrente tanto do uso contínuo quanto de sua vinculação direta aos processos produtivos. Nesse cenário, torna-se imprescindível a realização de manutenções preventivas e corretivas, conforme estabelecido em planos de manutenção e recomendações dos fabricantes, que frequentemente preveem a substituição periódica de materiais e componentes, muitos deles com periodicidade semestral, a fim de preservar a confiabilidade e a segurança dos sistemas.

Destaca-se ainda que a infraestrutura produtiva de Bio-Manguinhos compreende aproximadamente 4.900 m² de áreas classificadas em Grau “B” e “C”, que demandam rigorosos controles ambientais e operacionais, além de um parque de ativos composto por cerca de 10.777 equipamentos, sistemas e supervisórios, sendo 5.371 relacionados às utilidades e 5.406 diretamente vinculados às linhas de produção e ao controle de qualidade. Tal magnitude reforça a necessidade de um planejamento robusto e da adequada provisão de insumos essenciais à manutenção da operação industrial.

Nesse contexto, a aquisição de cabos elétricos, cabos PP e cabos de instrumentação e sinal mostra-se tecnicamente indispensável, uma vez que esses componentes são responsáveis pela interligação elétrica, pela transmissão de energia e pela condução de sinais de controle e comunicação entre equipamentos, sistemas de automação, painéis elétricos e dispositivos de instrumentação. Sua adequada especificação e disponibilidade são determinantes para assegurar a condução segura e confiável de energia e sinais, bem como para preservar a integridade das informações trafegadas nos sistemas de controle, minimizando interferências eletromagnéticas e garantindo o correto funcionamento dos processos automatizados.

Esses materiais são amplamente utilizados em painéis elétricos, sistemas de automação industrial, equipamentos de instrumentação, sistemas de controle e segurança, além de linhas de produção automatizadas e interligações críticas entre dispositivos. As características técnicas dos cabos especificados, como seções adequadas, flexibilidade, blindagem eficiente nos cabos de instrumentação e conformidade com tensões nominais, asseguram compatibilidade com os sistemas existentes e atendimento aos padrões técnicos exigidos, contribuindo para a confiabilidade e a durabilidade das instalações.

A indisponibilidade desses insumos compromete de forma significativa a execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva, podendo resultar em falhas de comunicação e controle, riscos de mau contato, aquecimento e falhas elétricas, além da adoção de soluções improvisadas que comprometem a segurança e a conformidade técnica. Tais condições podem gerar não conformidades em auditorias regulatórias e sanitárias, bem como impactar diretamente a continuidade da produção de imunobiológicos, biofármacos e reativos, com reflexos no atendimento às demandas do Ministério da Saúde.

A aplicação desses materiais abrange todo o Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, incluindo painéis elétricos, sistemas de automação, sistemas de instrumentação e controle, linhas de produção, áreas técnicas, casas de máquinas, utilidades e áreas produtivas classificadas, nas quais os requisitos de controle e segurança são ainda mais rigorosos. Dessa forma, sua aquisição é fundamental para garantir a integridade e a confiabilidade de toda a infraestrutura industrial.

A contratação visa assegurar a disponibilidade contínua de cabos elétricos e de instrumentação adequados às diversas aplicações, garantindo a confiabilidade das interligações elétricas e de sinal, a continuidade operacional dos sistemas críticos e o atendimento tempestivo às demandas de manutenção. Ademais, contribui para a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, a mitigação de riscos elétricos, operacionais e de automação, e a preservação da continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e prediais.

Sob o aspecto científico e estratégico, esses componentes são essenciais para a estabilidade dos sistemas de automação e controle, para a integridade dos sinais de instrumentação e para a segurança operacional de técnicos, operadores e equipamentos. Sua adequada disponibilidade assegura a continuidade dos processos industriais e o cumprimento das entregas institucionais, sendo fator determinante para a eficiência da produção de imunobiológicos e biofármacos e para o atendimento das demandas do sistema público de saúde.

Por fim, a estimativa das quantidades foi fundamentada em critérios técnicos que consideram o histórico de consumo nas atividades de manutenção elétrica, eletrônica e de automação, o quantitativo de equipamentos e sistemas instalados, a diversidade de aplicações e especificações dos cabos, o desgaste natural decorrente do uso contínuo, bem como as periodicidades definidas nos planos de manutenção e nos Procedimentos Operacionais Padrão vigentes. Também foi considerada a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimento a situações emergenciais, além das demandas previstas para o exercício de 2026, garantindo, assim, a continuidade e a eficiência das operações.

Pedido de Compra: 223362

A aquisição de cabos de força elétricos é fundamental para assegurar a alimentação elétrica segura, contínua e confiável dos diversos equipamentos industriais, laboratoriais, de automação, informática e sistemas de utilidades instalados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Esses componentes exercem papel essencial na infraestrutura elétrica, sendo responsáveis por garantir o fornecimento adequado de energia, bem como a integridade das conexões entre os equipamentos e as fontes de alimentação, em conformidade com os padrões técnicos exigidos.

Os cabos de força atendem a finalidades críticas no contexto operacional, como a garantia de conexões elétricas seguras, padronizadas e compatíveis com os equipamentos existentes, além de possibilitar a substituição de componentes danificados, desgastados ou fora de especificação. Sua correta aplicação, considerando requisitos como capacidade de corrente, seção dos condutores e padrões de conectores, é indispensável para o atendimento às normas técnicas vigentes e aos requisitos de segurança elétrica, especialmente em ambientes industriais e laboratoriais que demandam elevado nível de confiabilidade e controle.

A versatilidade dos cabos especificados permite sua utilização em diferentes contextos, abrangendo desde equipamentos industriais e laboratoriais com plugue padrão brasileiro até sistemas de maior complexidade, como nobreaks, servidores, racks e equipamentos de tecnologia da informação e automação. Também se destacam aplicações em equipamentos que utilizam conexões do tipo IEC-C19, destinadas a demandas de maior capacidade de corrente, bem como em sistemas críticos que exigem fornecimento elétrico contínuo e estável, sem margem para falhas.

A utilização de cabos adequados é imprescindível para garantir a segurança elétrica de operadores e instalações, prevenindo riscos como aquecimentos excessivos, curtos-circuitos e falhas elétricas que possam comprometer a integridade dos sistemas. Além disso, assegura a continuidade operacional dos equipamentos, preserva a integridade de sistemas produtivos e laboratoriais críticos e contribui diretamente para o atendimento às Boas Práticas de Fabricação (BPF) e às normas técnicas aplicáveis, que exigem rigor no controle das condições operacionais.

A indisponibilidade desses materiais pode gerar impactos relevantes, incluindo a impossibilidade de energização de equipamentos essenciais, a adoção de soluções improvisadas fora dos padrões técnicos e o aumento significativo dos riscos de falhas elétricas, choques e incêndios. Tais situações podem resultar em interrupções não programadas de processos produtivos e laboratoriais, além de ocasionar não conformidades em auditorias técnicas, elétricas e sanitárias, comprometendo a segurança operacional e a confiabilidade dos processos.

Os cabos de força são utilizados em todo o Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, incluindo áreas produtivas classificadas em Grau “B” e “C”, laboratórios de controle de qualidade, salas técnicas, casas de máquinas, salas elétricas, painéis de automação, equipamentos industriais, laboratoriais e de tecnologia da informação, além das instalações prediais. Trata-se, portanto, de insumos essenciais e de uso transversal, indispensáveis para o funcionamento integrado da infraestrutura elétrica da instituição.

A contratação visa garantir a disponibilidade contínua desses cabos, assegurando o fornecimento seguro e confiável de energia elétrica, o atendimento às demandas de manutenção preventiva e corretiva, a substituição imediata de componentes com falha ou desgaste e a mitigação de riscos elétricos e operacionais. Ademais, contribui para a conformidade com normas técnicas e com as Boas Práticas de Fabricação, garantindo a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e administrativas.

Sob o aspecto científico e estratégico, os cabos de força, embora sejam componentes básicos, possuem caráter crítico para a confiabilidade dos sistemas elétricos que sustentam os processos industriais e laboratoriais de Bio-Manguinhos. Sua adequada disponibilidade garante estabilidade no fornecimento de energia, proteção de equipamentos sensíveis, segurança das operações e continuidade das linhas de produção e de controle de qualidade, sendo essencial para o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde e para a manutenção da capacidade produtiva institucional.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base em critérios técnicos que consideram o quantitativo de equipamentos instalados, a diversidade de padrões de conexão elétrica existentes, o histórico de substituições decorrentes de desgaste ou dano, as condições de uso contínuo em ambiente industrial e a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimento a demandas emergenciais. Também foram consideradas as demandas previstas para o exercício de 2026, de modo a assegurar o adequado planejamento e a continuidade das operações sem interrupções decorrentes da indisponibilidade desses insumos críticos.

Pedido de Compra: 223359

A aquisição dos cabos elétricos previstos neste Pedido de Compra é imprescindível para assegurar a adequada execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas elétricos que atendem às instalações industriais, laboratoriais e administrativas de Bio-Manguinhos. Tais materiais configuram insumos de consumo essenciais, empregados em intervenções técnicas rotineiras e emergenciais, abrangendo circuitos de alimentação de máquinas e equipamentos, quadros elétricos e painéis de distribuição, sistemas de utilidades industriais, redes elétricas prediais e industriais, bem como em adequações, ampliações e recomposições de circuitos elétricos.

A diversidade de especificações técnicas, incluindo diferentes tipos, bitolas, cores e classes de tensão, é fundamental para garantir a correta identificação dos circuitos, a adequada capacidade de condução de corrente e o pleno atendimento às exigências normativas de segurança elétrica. Esses fatores são determinantes para a confiabilidade e o desempenho dos sistemas elétricos, especialmente em ambientes industriais e laboratoriais que exigem elevado grau de controle operacional e conformidade regulatória.

A utilização desses materiais está diretamente vinculada ao atendimento das Boas Práticas de Fabricação (BPF), às normas técnicas aplicáveis às instalações elétricas, com destaque para aquelas estabelecidas pela ABNT, e aos requisitos regulatórios expedidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Nesse contexto, a conformidade elétrica assume caráter crítico, uma vez que impacta diretamente a segurança das instalações, a integridade dos equipamentos e a continuidade dos processos produtivos.

A aplicação dos cabos elétricos é fundamental para a execução de manutenções preventivas e corretivas, substituição de componentes deteriorados, subdimensionados ou fora de especificação, recomposição e adequação de circuitos elétricos, além de contribuir para a garantia da segurança das instalações. Ademais, sua utilização adequada permite prevenir falhas, curtos-circuitos, sobreaquecimentos e interrupções operacionais, mitigando riscos de acidentes elétricos e incêndios, fatores que podem comprometer significativamente a operação industrial.

A indisponibilidade desses materiais compromete a execução das manutenções programadas e emergenciais, podendo resultar em falhas elétricas, riscos à segurança de pessoas e instalações, além de gerar não conformidades técnicas e regulatórias. Tais impactos afetam diretamente a continuidade operacional das atividades produtivas, laboratoriais e administrativas, podendo ocasionar paralisações e prejuízos institucionais relevantes.

Os cabos elétricos são utilizados em todo o Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, abrangendo áreas produtivas, laboratórios, sistemas de utilidades, áreas classificadas, setores administrativos, casas de máquinas, salas técnicas, quadros elétricos, corredores técnicos e almoxarifados de manutenção. Trata-se, portanto, de insumos de uso transversal, indispensáveis para o funcionamento integrado da infraestrutura elétrica da unidade.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua de cabos elétricos adequados às rotinas de manutenção e adequação dos sistemas, assegurando o funcionamento seguro e confiável das instalações, o atendimento às normas técnicas e de segurança elétrica, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação e a mitigação de riscos operacionais, elétricos e relacionados à segurança do trabalho. Além disso, busca assegurar a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e administrativas.

Sob o aspecto científico e estratégico, a indisponibilidade desses insumos pode inviabilizar a execução de manutenções elétricas críticas, comprometer o funcionamento de equipamentos e sistemas essenciais, gerar riscos de acidentes elétricos e incêndios e ocasionar não conformidades em auditorias técnicas e sanitárias. Tais fatores impactam diretamente a continuidade das atividades produtivas estratégicas e o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde, refletindo na capacidade institucional de atendimento às demandas do sistema público de saúde.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base em critérios técnicos que consideram o desgaste natural e o envelhecimento dos cabos instalados, o histórico de consumo nas rotinas de manutenção elétrica, a diversidade de circuitos, tensões e potências existentes no Parque Fabril, bem como a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimento a demandas emergenciais. Também foram consideradas as demandas previstas para o exercício de 2026, garantindo o adequado planejamento e a continuidade das operações sem interrupções decorrentes da indisponibilidade desses insumos essenciais.

Pedido de Compra: 223361

A aquisição do cabo de força trifásico 2P+T, 20A, 3x2,5mm² é essencial para garantir a alimentação elétrica segura, estável e confiável dos equipamentos críticos utilizados nos processos de produção e manutenção do Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Trata-se de um componente indispensável para a infraestrutura elétrica, amplamente empregado na alimentação de equipamentos industriais de utilidades, como compressores, bombas e sistemas de refrigeração, bem como em sistemas elétricos das linhas de processo produtivo de imunobiológicos, biofármacos e reagentes, além de aplicações na infraestrutura predial e em situações de alimentação temporária durante intervenções de manutenção.

A utilização desses cabos possibilita a distribuição de energia elétrica com confiabilidade e segurança, suportando corrente nominal de 20A, adequada para equipamentos de média e alta demanda energética. Suas características construtivas conferem resistência mecânica compatível com o manuseio frequente, incluindo torções e esforços de tração durante instalações e manutenções, além de proporcionar proteção contra curtos-circuitos e sobrecargas, preservando a integridade dos equipamentos conectados. Ademais, atendem às normas técnicas aplicáveis às instalações elétricas, especialmente a NBR 5410, bem como às exigências das Boas Práticas de Fabricação (BPF), assegurando conformidade regulatória em ambientes industriais e laboratoriais.

Sob o ponto de vista técnico, esses cabos são projetados para operar em condições críticas, apresentando tensão e isolamento compatíveis com padrões industriais, o que garante proteção contra choques elétricos e falhas operacionais. Sua resistência térmica e mecânica é adequada para ambientes industriais sujeitos a variações de temperatura e manipulação constante, enquanto sua durabilidade contribui para a redução de falhas elétricas que poderiam comprometer processos produtivos sensíveis. A compatibilidade com conectores e tomadas padrão industrial também assegura maior agilidade e segurança nas instalações e intervenções técnicas.

A adoção de cabos de força adequados é determinante para assegurar a continuidade operacional dos sistemas, evitando interrupções decorrentes de falhas elétricas, além de proteger equipamentos e sistemas críticos, garantir a conformidade com normas técnicas e requisitos de segurança e reduzir riscos operacionais. Tais fatores são essenciais para a execução eficiente das manutenções preventivas e corretivas, contribuindo diretamente para a estabilidade e confiabilidade dos processos industriais e laboratoriais.

A indisponibilidade desses materiais pode acarretar impactos significativos, como a paralisação de equipamentos críticos, comprometendo a produção e as atividades laboratoriais, além da necessidade de adoção de soluções improvisadas que aumentam os riscos elétricos e operacionais. Também pode resultar em danos a equipamentos

sensíveis, paradas não programadas de sistemas de utilidades, não conformidades em auditorias técnicas e sanitárias e comprometimento da segurança e confiabilidade elétrica de toda a planta industrial.

A aplicação do cabo de força trifásico abrange diversas áreas do Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, incluindo sistemas elétricos de utilidades, linhas de processo industrial, casas de máquinas, áreas técnicas, equipamentos industriais e prediais, bem como áreas produtivas classificadas em Grau “B” e “C”, onde os requisitos de controle e segurança são ainda mais rigorosos.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua desses cabos, assegurando a alimentação elétrica confiável dos equipamentos críticos, o atendimento tempestivo às demandas de manutenção, a substituição adequada de componentes desgastados e a mitigação de riscos elétricos e operacionais. Além disso, busca assegurar a conformidade com normas técnicas, Boas Práticas de Fabricação e requisitos de segurança elétrica, garantindo a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e prediais.

Sob a perspectiva científica e estratégica, os cabos de força constituem elementos críticos da infraestrutura elétrica, sendo fundamentais para a continuidade do fornecimento de energia aos processos essenciais, para a segurança operacional dos sistemas e para a confiabilidade das intervenções de manutenção. Sua adequada disponibilidade contribui diretamente para a estabilidade das operações industriais e para o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base em critérios técnicos que consideram o histórico de consumo em manutenção e reposição de cabos, o quantitativo de equipamentos críticos em operação, o desgaste natural decorrente do uso contínuo e do manuseio frequente, bem como as periodicidades estabelecidas nos planos de manutenção e nos Procedimentos Operacionais Padrão vigentes. Também foi considerada a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimento a demandas emergenciais, além das previsões de consumo para o exercício de 2026, garantindo a continuidade e a eficiência das operações.

Pedido de Compra: 225708

A presente aquisição visa garantir a disponibilidade de cabos elétricos flexíveis essenciais para a manutenção, adequação, expansão e continuidade operacional das instalações elétricas industriais e prediais do Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Esses materiais são amplamente utilizados em sistemas de distribuição de energia elétrica, circuitos de comando e potência, alimentação de equipamentos industriais, sistemas de utilidades, painéis elétricos e interligações elétricas em ambientes produtivos e laboratoriais, onde são exigidos elevados níveis de confiabilidade, segurança e desempenho.

Os cabos especificados serão empregados na alimentação de motores, bombas, máquinas e equipamentos industriais, em circuitos de iluminação e tomadas, em painéis de comando e distribuição, bem como em equipamentos móveis que demandam cabos multipolares com elevada flexibilidade e resistência mecânica. Sua utilização é indispensável para assegurar a condução segura de energia elétrica, a confiabilidade dos sistemas de comando e potência, a substituição de cabos deteriorados por desgaste térmico, elétrico ou mecânico e a manutenção da integridade das instalações em conformidade com os requisitos normativos aplicáveis.

A especificação técnica adotada está em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial a NBR 5410, que estabelece os critérios para projeto, execução e manutenção das instalações elétricas de baixa tensão, incluindo requisitos relacionados à segurança contra choques elétricos, proteção contra sobrecorrentes, dimensionamento adequado dos condutores e compatibilidade com a capacidade de condução de corrente. As seções nominais previstas atendem às diversas demandas operacionais da unidade, desde circuitos de iluminação e comando até alimentações de maior potência destinadas a painéis principais e sistemas industriais de utilidades.

Também foram observados os requisitos estabelecidos pela ABNT NBR NM 247, aplicável aos cabos isolados em PVC para tensões até 450/750V, garantindo padrões de fabricação, desempenho térmico, identificação e segurança; pela ABNT NBR 7287, referente aos cabos de potência com isolação sólida extrudada para tensões até 1 kV, utilizados em circuitos de alimentação de motores, painéis elétricos e redes internas de distribuição; e pela ABNT NBR 7286, aplicável aos cabos flexíveis multipolares com cobertura em PVC, que assegura resistência mecânica adicional, elevada flexibilidade e segurança em aplicações sujeitas à movimentação constante.

A não aquisição desses materiais poderá comprometer significativamente a execução das atividades de manutenção corretiva e preventiva, aumentando o risco de falhas elétricas, curtos-circuitos, sobreaquecimentos, interrupções não programadas de equipamentos e sistemas industriais, além de potencialmente impactar a segurança das instalações e gerar não conformidades em auditorias técnicas, regulatórias e de Boas Práticas de Fabricação.

Os materiais serão utilizados em todo o Parque Fabril de Bio-Manguinhos, abrangendo sistemas elétricos industriais, painéis de comando e distribuição, motores e equipamentos de utilidades, áreas produtivas classificadas Grau B e C, casas de máquinas, áreas técnicas e demais instalações prediais de apoio às atividades produtivas e laboratoriais.

A contratação tem como objetivo assegurar a disponibilidade contínua desses insumos estratégicos, permitindo a adequada manutenção das instalações elétricas, a continuidade operacional dos sistemas de utilidades, a redução dos riscos associados às falhas elétricas e o atendimento aos requisitos normativos, regulatórios e de Boas Práticas de Fabricação, contribuindo diretamente para a continuidade das atividades produtivas e laboratoriais desenvolvidas pela instituição.

Considerando que os sistemas elétricos são elementos críticos para o funcionamento seguro e ininterrupto dos processos produtivos e laboratoriais, a indisponibilidade desses materiais pode comprometer a operação de equipamentos essenciais, impactar cronogramas de produção, afetar a confiabilidade dos processos e gerar riscos de descumprimento de exigências regulatórias, com reflexos diretos na capacidade institucional de atendimento às demandas estratégicas do Ministério da Saúde.

A estimativa de quantitativos foi elaborada com base no histórico de consumo dos materiais em atividades de manutenção elétrica, na extensão das instalações industriais e prediais, na frequência das intervenções preventivas e corretivas, na necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico e nas demandas operacionais previstas para o exercício de 2026.

Pedido de Compra: 225709

A presente aquisição tem por finalidade garantir a disponibilidade de cabos elétricos flexíveis indispensáveis à manutenção, adequação e expansão das instalações elétricas industriais e prediais do Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Trata-se de materiais essenciais para assegurar a continuidade das atividades de manutenção preventiva e corretiva, bem como para atender às demandas decorrentes de melhorias e adequações dos sistemas elétricos existentes.

Os cabos serão empregados em circuitos de distribuição de energia elétrica, interligações de equipamentos, sistemas de utilidades, painéis elétricos de comando e força, alimentação de motores, bombas, equipamentos industriais, circuitos de iluminação e tomadas industriais, além de sistemas auxiliares necessários ao funcionamento das áreas produtivas e laboratoriais. Sua utilização é fundamental para garantir a condução segura de energia elétrica, a confiabilidade dos circuitos de comando e potência, a substituição de condutores deteriorados por desgaste térmico ou mecânico e a preservação da integridade das instalações elétricas.

A especificação técnica adotada está alinhada às normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente à NBR 5410, que estabelece os requisitos para projeto, execução e manutenção de instalações elétricas de baixa tensão, contemplando critérios de segurança contra choques elétricos e sobrecorrentes, dimensionamento adequado dos condutores e proteção térmica e mecânica das instalações. As seções nominais previstas atendem às necessidades operacionais das diversas aplicações existentes no parque fabril, abrangendo circuitos de iluminação, tomadas, comandos elétricos e alimentação de equipamentos industriais.

Também foram observados os requisitos da ABNT NBR NM 247, aplicável aos cabos isolados em PVC para tensões até 450/750V, da ABNT NBR 7287, referente aos cabos de potência com isolação sólida extrudada para tensões até 1 kV, e da ABNT NBR 7286, aplicável aos cabos flexíveis multipolares com cobertura em PVC, garantindo conformidade quanto à fabricação, desempenho elétrico, resistência mecânica, flexibilidade e segurança operacional.

A não aquisição desses materiais poderá comprometer a execução das atividades de manutenção elétrica, ocasionando atrasos em intervenções preventivas e corretivas, aumento do risco de falhas elétricas, curtos-circuitos e

sobreaquecimentos, além de possíveis paralisações não programadas de equipamentos e sistemas industriais. Tal cenário poderá impactar diretamente a segurança das instalações, a confiabilidade operacional dos processos produtivos e o atendimento aos requisitos regulatórios e de Boas Práticas de Fabricação.

Os materiais serão utilizados nas instalações do Parque Fabril de Bio-Manguinhos, incluindo sistemas elétricos industriais, painéis de comando e distribuição, motores e equipamentos de utilidades, áreas produtivas classificadas como Grau B e Grau C, casas de máquinas, áreas técnicas e demais instalações prediais de apoio à produção.

A contratação busca assegurar a disponibilidade contínua desses insumos estratégicos, contribuindo para a adequada manutenção das instalações elétricas, a continuidade operacional dos sistemas de utilidades, a mitigação de riscos associados a falhas elétricas e a conformidade com as normas técnicas aplicáveis. Dessa forma, garante-se o suporte necessário à continuidade das atividades produtivas e laboratoriais desenvolvidas pela instituição.

Considerando que as instalações elétricas constituem infraestrutura crítica para o funcionamento seguro e ininterrupto dos processos produtivos e laboratoriais, a indisponibilidade desses materiais pode comprometer sistemas essenciais, impactar a produção e gerar não conformidades regulatórias, afetando diretamente a capacidade institucional de atendimento às demandas estratégicas do Ministério da Saúde.

A estimativa dos quantitativos foi elaborada com base no histórico de consumo em atividades de manutenção elétrica, na extensão das instalações industriais e prediais, na frequência das intervenções preventivas e corretivas, na necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico e nas demandas operacionais previstas para o exercício de 2026.

Pedido de Compra: 225536

Atuando diretamente nas atividades de Saúde Pública do País, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Bio-Manguinhos deve observar rigorosamente os regulamentos sanitários vigentes e adotar procedimentos operacionais padronizados capazes de assegurar a confiabilidade, segurança e rastreabilidade de seus processos de desenvolvimento tecnológico, produção e controle de qualidade. Nesse contexto, é imprescindível o atendimento às exigências regulatórias estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, bem como às Boas Práticas de Fabricação aplicáveis às atividades desenvolvidas pela Unidade.

Para garantir a continuidade operacional de suas atividades, Bio-Manguinhos realiza a operação e a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos produtivos, sistemas de utilidades, sistemas supervisórios e instalações industriais localizados no Campus da Fiocruz, em Manguinhos/RJ. Essas atividades são essenciais para o cumprimento dos compromissos institucionais assumidos junto ao Ministério da Saúde para o fornecimento de imunobiológicos, biofármacos e reativos para diagnóstico.

Por intermédio de seu Departamento de Manutenção, a Unidade desenvolve anualmente o planejamento das demandas de materiais de consumo, componentes e equipamentos necessários à preservação da confiabilidade operacional de seus ativos, garantindo sua disponibilidade, segurança, desempenho e prolongamento da vida útil. Considerando a complexidade das instalações industriais e a criticidade dos processos produtivos, diversos componentes estão sujeitos ao desgaste natural decorrente da operação contínua, exigindo substituições periódicas previstas em planos de manutenção preventiva e nas recomendações dos fabricantes.

Atualmente, Bio-Manguinhos possui aproximadamente 4.900 m² de áreas produtivas classificadas em Grau B e Grau C, além de um parque composto por cerca de 10.777 ativos entre equipamentos, sistemas de utilidades e sistemas supervisórios, dos quais 5.371 estão relacionados às utilidades industriais e 5.406 vinculados diretamente às linhas de produção e controle de qualidade. Esse cenário evidencia a necessidade permanente de manutenção da infraestrutura industrial e dos sistemas de suporte que viabilizam a produção institucional.

Dentre os materiais indispensáveis para a manutenção e adequação das instalações elétricas encontram-se os cabos elétricos flexíveis objeto desta contratação. Tais materiais são empregados em sistemas de distribuição de energia elétrica, circuitos de comando e potência, alimentação de motores, bombas e equipamentos industriais, painéis elétricos de comando e força, circuitos de iluminação, tomadas industriais, sistemas de utilidades e interligações elétricas de equipamentos e sistemas auxiliares. Também são utilizados na alimentação de máquinas e equipamentos móveis por meio de cabos multipolares tipo PP, aplicações que exigem elevada flexibilidade e resistência mecânica.

A utilização desses cabos é fundamental para garantir a condução segura de energia elétrica, assegurar a confiabilidade dos circuitos elétricos, permitir a substituição de componentes deteriorados por desgaste térmico, elétrico ou mecânico e manter a integridade das instalações industriais em conformidade com os requisitos técnicos e regulatórios aplicáveis.

A especificação técnica adotada encontra respaldo nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente na NBR 5410, que estabelece os critérios para projeto, execução e manutenção das instalações elétricas de baixa tensão, assegurando requisitos de proteção contra choques elétricos, sobrecorrentes, dimensionamento adequado dos condutores e proteção térmica e mecânica dos circuitos. As seções de 2,5 mm², 4 mm², 10 mm² e 185 mm² contemplam as necessidades operacionais da Unidade, atendendo desde circuitos de iluminação e comandos elétricos até sistemas de alimentação de potência e distribuição elétrica industrial.

Também são observados os requisitos da ABNT NBR NM 247, aplicável aos cabos isolados em PVC para tensões até 450/750V; da ABNT NBR 7286, aplicável aos cabos flexíveis multipolares tipo PP com cobertura em PVC; e da ABNT NBR 7287, referente aos cabos de potência com isolamento HEPR 90°C para tensões até 1 kV. Essas normas asseguram requisitos de desempenho elétrico, resistência mecânica, durabilidade, segurança operacional e confiabilidade dos materiais empregados.

A indisponibilidade desses cabos poderá comprometer significativamente a execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva, dificultando a substituição de componentes danificados e elevando o risco de falhas elétricas, curtos-circuitos, sobreaquecimentos e interrupções não programadas de equipamentos e sistemas industriais. Além dos impactos operacionais, tal situação pode resultar em não conformidades regulatórias, comprometimento das Boas Práticas de Fabricação e riscos à segurança das instalações e dos colaboradores.

Os materiais serão utilizados em todo o Parque Fabril de Bio-Manguinhos, abrangendo sistemas elétricos industriais, painéis de comando e distribuição, motores e equipamentos de utilidades, casas de máquinas, áreas técnicas, instalações prediais de apoio à produção e áreas produtivas classificadas em Grau B e Grau C.

Dessa forma, a contratação tem como objetivo assegurar a disponibilidade contínua desses materiais estratégicos, permitindo a adequada manutenção das instalações elétricas, a continuidade operacional dos sistemas de utilidades, a mitigação dos riscos associados a falhas elétricas e a manutenção da conformidade com os requisitos normativos, regulatórios e de Boas Práticas de Fabricação. A medida contribui diretamente para a preservação da infraestrutura industrial e para a continuidade dos processos produtivos e laboratoriais que sustentam a missão institucional de Bio-Manguinhos.

A estimativa dos quantitativos foi elaborada com base no histórico de consumo em atividades de manutenção elétrica, na extensão das instalações industriais e prediais, na frequência das intervenções preventivas e corretivas, na necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico e nas demandas operacionais previstas para o exercício de 2026.

Pedido de Compra: 225537

Os cabos AFT blindados da fabricante CONDUSCAMP constituem componentes essenciais para os sistemas de automação, instrumentação e controle industrial utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Esses cabos são responsáveis pela transmissão segura e confiável de sinais elétricos entre sensores, transmissores, atuadores, controladores, sistemas supervisórios e demais dispositivos de campo, desempenhando papel fundamental na operação e monitoramento dos processos produtivos e dos sistemas de utilidades da Unidade.

Os materiais são amplamente empregados em sistemas de automação industrial e controle de processos, painéis de comando elétrico e instrumentação, sistemas supervisórios, redes de monitoramento e aquisição de dados, bem como em interligações críticas de sensores e atuadores distribuídos ao longo das instalações industriais. Sua utilização é indispensável para assegurar a integridade dos sinais transmitidos, a confiabilidade das medições, o correto funcionamento das malhas de controle e a continuidade operacional dos sistemas produtivos.

As características construtivas dos cabos AFT blindados, incluindo a blindagem eletromagnética, a configuração dos condutores e a bitola 22 AWG, são fundamentais para minimizar interferências eletromagnéticas e ruídos elétricos

presentes em ambientes industriais, garantindo a transmissão precisa dos sinais de controle e instrumentação. Além disso, proporcionam proteção mecânica adequada aos condutores e compatibilidade com os padrões de engenharia adotados nas instalações existentes.

A indisponibilidade desses materiais poderá comprometer a execução de atividades de manutenção preventiva e corretiva, além de impactar diretamente a confiabilidade dos sistemas de automação e supervisão. Entre os principais riscos associados à sua ausência destacam-se a interrupção de sistemas críticos de automação, falhas na transmissão de sinais de monitoramento e controle, mau funcionamento de painéis elétricos e sistemas supervisórios, necessidade de retrabalho decorrente da utilização de componentes incompatíveis e potenciais não conformidades em auditorias internas, externas e regulatórias.

Os cabos serão utilizados em todo o Parque Fabril de Bio-Manguinhos, abrangendo sistemas de automação industrial, redes de instrumentação, painéis de comando elétrico, sistemas supervisórios, interligações de sensores e atuadores instalados em áreas produtivas, utilidades industriais e demais sistemas críticos de transmissão de sinais elétricos e dados.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua desses componentes estratégicos, assegurando a confiabilidade operacional dos sistemas de automação e controle, a continuidade dos processos produtivos e de monitoramento, a redução de riscos operacionais decorrentes de falhas de comunicação e a manutenção da conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, normas técnicas aplicáveis e requisitos regulatórios estabelecidos pelos órgãos competentes.

Os sistemas de automação e instrumentação industrial constituem infraestrutura crítica para a operação segura e controlada dos processos produtivos de imunobiológicos, biofármacos e reativos para diagnóstico. A integridade da transmissão de sinais é condição indispensável para a execução adequada dos controles de processo, monitoramento ambiental, rastreabilidade operacional e atendimento aos requisitos de qualidade exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Dessa forma, a indisponibilidade ou falha desses componentes pode impactar diretamente a confiabilidade dos processos produtivos e a capacidade institucional de atendimento às demandas do Ministério da Saúde.

A escolha da fabricante CONDUSCAMP encontra respaldo em critérios estritamente técnicos e operacionais. Os cabos especificados são compatíveis com a infraestrutura atualmente instalada, integrando sistemas de automação, instrumentação e supervisão já existentes, sem necessidade de adaptações, modificações de projeto ou substituição de componentes associados. A padronização desses materiais permite maior eficiência nas atividades de manutenção preventiva e corretiva, reduzindo riscos de incompatibilidade técnica, falhas operacionais e indisponibilidade dos sistemas.

Adicionalmente, a utilização da mesma solução tecnológica já empregada nas instalações industriais possibilita a manutenção de estoques estratégicos padronizados, simplifica os processos de reposição e assegura uniformidade nas intervenções de manutenção. A fabricante possui histórico de desempenho satisfatório em aplicações industriais similares, apresentando confiabilidade operacional, resistência mecânica e proteção adequada contra interferências eletromagnéticas, características indispensáveis para sistemas críticos de automação e instrumentação.

Outro aspecto relevante refere-se à manutenção das condições de qualificação e validação dos sistemas existentes. A utilização de componentes previamente especificados e homologados contribui para preservar a conformidade dos sistemas perante requisitos regulatórios, auditorias de qualidade e Boas Práticas de Fabricação, minimizando riscos associados à introdução de materiais sem histórico de utilização ou validação no ambiente produtivo.

Dessa forma, a indicação da marca CONDUSCAMP não decorre de mera preferência comercial, mas da necessidade de garantir compatibilidade técnica, padronização operacional, confiabilidade dos sistemas instalados, segurança das operações e manutenção das condições regulatórias e de qualidade exigidas para o funcionamento do Parque Fabril de Bio-Manguinhos.

A estimativa dos quantitativos foi elaborada com base no histórico de consumo em atividades de manutenção e expansão dos sistemas de automação e instrumentação, na criticidade dos cabos para transmissão de sinais, na extensão das interligações existentes, na frequência das intervenções preventivas e corretivas e na necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimento das demandas previstas para o exercício de 2026.

Pedido de Compra: 227673

Os cabos elétricos flexíveis constituem componentes indispensáveis para a operação segura, confiável e contínua dos equipamentos industriais, sistemas de utilidades, sistemas supervisórios e demais instalações elétricas que compõem a infraestrutura do Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Sua utilização é fundamental para garantir o adequado funcionamento dos sistemas de distribuição de energia, comando e controle, assegurando a disponibilidade operacional dos ativos e a integridade das instalações.

A necessidade da aquisição decorre, principalmente, da demanda contínua por substituições preventivas e corretivas, considerando que os cabos elétricos estão sujeitos ao desgaste natural provocado por fatores como aquecimento, vibrações, esforços mecânicos, flexões recorrentes, envelhecimento dos materiais isolantes e condições operacionais típicas de ambientes industriais. A reposição periódica desses componentes é essencial para prevenir falhas elétricas, reduzir riscos operacionais e preservar a confiabilidade dos sistemas.

A aquisição também se justifica pela necessidade de atendimento às exigências estabelecidas pelas normas técnicas aplicáveis, em especial aquelas relacionadas à segurança das instalações elétricas e à proteção dos trabalhadores, incluindo os requisitos previstos na Norma Regulamentadora NR-10. A manutenção da conformidade normativa contribui para a prevenção de acidentes, mitigação de riscos elétricos e atendimento aos requisitos regulatórios e de Boas Práticas de Fabricação exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

A disponibilidade desses materiais é igualmente necessária para garantir a continuidade operacional dos processos produtivos, laboratoriais e de utilidades, evitando paralisações não programadas que possam comprometer a produção de imunobiológicos, biofármacos e reagentes para diagnóstico. Além disso, a utilização de cabos com especificações compatíveis com os sistemas existentes contribui para a padronização dos insumos elétricos empregados na Unidade, facilitando as atividades de manutenção, reposição e gestão de estoque.

Sob a perspectiva de saúde e segurança ocupacional, a adequada conservação das instalações elétricas reduz a probabilidade de falhas, curtos-circuitos, aquecimentos excessivos e demais ocorrências que possam colocar em risco a integridade física dos colaboradores que atuam nas áreas produtivas, laboratoriais e técnicas.

Os materiais serão empregados nas instalações industriais, linhas de produção, laboratórios de controle de qualidade, áreas técnicas, sistemas de utilidades, sistemas supervisórios e demais áreas operacionais e administrativas localizadas no Parque Fabril de Bio-Manguinhos, no Campus da Fiocruz em Manguinhos/RJ.

A contratação tem como objetivo assegurar a disponibilidade contínua de cabos elétricos flexíveis para atendimento das atividades de manutenção preventiva e corretiva, garantindo a continuidade operacional dos equipamentos e sistemas elétricos críticos, a conformidade com as normas de segurança elétrica e os requisitos regulatórios aplicáveis, a preservação das condições de saúde e segurança ocupacional e a padronização dos materiais utilizados na infraestrutura elétrica da Unidade.

A relevância estratégica desta aquisição está diretamente relacionada à necessidade de manutenção do fornecimento seguro e ininterrupto de energia elétrica para os processos produtivos e laboratoriais desenvolvidos por Bio-Manguinhos. Os sistemas elétricos constituem infraestrutura essencial para o funcionamento das linhas de produção, laboratórios de controle de qualidade, sistemas de utilidades e demais instalações de suporte às atividades institucionais. Qualquer interrupção decorrente da indisponibilidade ou falha desses componentes pode impactar diretamente a capacidade produtiva da Unidade e o atendimento às demandas pactuadas com o Ministério da Saúde.

A estimativa dos quantitativos foi elaborada com base no histórico de consumo dos materiais, no número de equipamentos e sistemas em operação, na vida útil média dos cabos, nas diretrizes estabelecidas pelo plano de manutenção preventiva da Unidade, na necessidade de manutenção de estoque estratégico para reposições emergenciais e no planejamento anual das atividades de manutenção. Os quantitativos previstos foram dimensionados para atender adequadamente às demandas de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas do Parque Fabril durante o período de vigência da contratação.

Pedido de Compra: 227677

A aquisição de cabos elétricos flexíveis é necessária para garantir o funcionamento seguro, confiável e contínuo dos equipamentos industriais, sistemas de utilidades, sistemas supervisórios e demais instalações elétricas do Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Esses materiais desempenham papel fundamental na distribuição de energia elétrica e no adequado funcionamento dos sistemas produtivos, laboratoriais e de apoio operacional da Unidade.

A necessidade da contratação decorre da demanda permanente de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas, considerando que os cabos estão sujeitos ao desgaste natural provocado por fatores como aquecimento, vibrações, flexões, esforços mecânicos e solicitações elétricas inerentes às condições normais de operação. A substituição periódica desses componentes é indispensável para evitar falhas, reduzir riscos operacionais e preservar a confiabilidade dos sistemas elétricos existentes.

A aquisição também se justifica pela necessidade de assegurar conformidade com as normas técnicas aplicáveis às instalações elétricas e com os requisitos de segurança previstos na Norma Regulamentadora NR-10, contribuindo para a prevenção de acidentes, redução de riscos ocupacionais e manutenção da integridade das instalações. Além disso, a utilização de cabos compatíveis com os padrões técnicos adotados na Unidade favorece a padronização dos insumos empregados nas atividades de manutenção, simplificando processos de reposição, controle de estoque e intervenções técnicas.

A disponibilidade desses materiais é essencial para garantir a continuidade operacional de sistemas críticos, linhas de produção, laboratórios de controle de qualidade e demais áreas industriais, evitando paralisações que possam impactar a produção de imunobiológicos, biofármacos e reagentes para diagnóstico destinados ao atendimento das demandas do Ministério da Saúde. Da mesma forma, a adequada manutenção das instalações elétricas contribui diretamente para a preservação das condições de saúde e segurança ocupacional dos colaboradores que atuam em ambientes produtivos, laboratoriais e técnicos.

Os materiais serão utilizados nas instalações industriais, linhas de produção, laboratórios de controle de qualidade, sistemas de utilidades, sistemas supervisórios, áreas técnicas, áreas administrativas e demais instalações operacionais localizadas no Parque Fabril de Bio-Manguinhos, no Campus da Fiocruz em Manguinhos/RJ.

A contratação tem por objetivo assegurar a disponibilidade contínua de cabos elétricos flexíveis para atendimento das atividades de manutenção preventiva e corretiva, garantindo a continuidade operacional dos equipamentos e sistemas elétricos críticos, a conformidade com os requisitos de segurança elétrica e regulatórios aplicáveis, a preservação das condições de saúde e segurança ocupacional e a padronização dos materiais utilizados na infraestrutura elétrica da Unidade.

A relevância estratégica da aquisição está diretamente associada à necessidade de manter o fornecimento seguro e ininterrupto de energia elétrica para os processos produtivos, laboratoriais e de utilidades. Os sistemas elétricos constituem infraestrutura essencial para o funcionamento das linhas de produção, laboratórios de controle de qualidade e demais instalações que suportam as atividades institucionais de Bio-Manguinhos. A indisponibilidade desses materiais ou a ocorrência de falhas decorrentes da ausência de reposição adequada pode comprometer a continuidade das operações, gerar impactos produtivos e afetar o cumprimento das obrigações institucionais perante o Ministério da Saúde.

A estimativa dos quantitativos foi elaborada com base no número de sistemas, equipamentos e linhas de produção em operação, na vida útil dos cabos conforme especificações dos fabricantes, nas diretrizes estabelecidas pelo plano de manutenção preventiva da Unidade, na necessidade de manutenção de estoque estratégico para atendimento de demandas emergenciais e no planejamento anual das atividades de manutenção e reposição de insumos elétricos. Os quantitativos previstos são compatíveis com a demanda estimada para assegurar a continuidade das atividades de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas do Parque Fabril.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Manter atualizado o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), assim como, todos os níveis de credenciamento durante a vigência contratual.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELET/SEMAP /SEMRE	WAGNER ALVES DA SILVA
SEMEL	LEONARDO PEREIRA DO NASCIMENTO

5. Levantamento de Mercado

O presente levantamento teve como objetivo verificar e demonstrar que a solução proposta, Aquisição de material de consumo, representa, de forma inequívoca, a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, superando outras possibilidades analisadas para suprir a necessidade identificada. A análise realizada comprovou a pertinência da escolha e evidenciou a racionalidade administrativa que fundamenta a decisão.

A opção pela aquisição em questão não se limita ao atendimento de uma demanda pontual, mas está definitivamente alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. Tais fundamentos consolidam a legitimidade do processo e demonstram, com segurança, que a decisão adotada garante o melhor interesse coletivo, preservando a qualidade dos serviços prestados e assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estabelecidas para a pretensa Aquisição e Fornecimento foram determinadas por meio de metodologias de cálculo que se fundamentam no histórico e na previsão de consumo informada pelos usuários. É importante ressaltar que tais quantidades são estimativas e, portanto, a CONTRATANTE não estará obrigada a requisitar a entrega em sua totalidade. O fornecimento será realizado sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho e documento de Autorização de Entrega de Material (AEM).

1. A solução definida para atender à demanda foi elaborada considerando as seguintes atividades:
 - a. Etapas da gestão de estoque e validade dos materiais de consumo;
 - b. Árvore de Materiais - Lista detalhada dos materiais e suas respectivas quantidades que compõem um produto ou atividade;
 - c. Análise do histórico de consumo dos itens nos últimos 24 meses, 12 meses e nos últimos 3 meses;

d. Consideração do Contrato de fornecimento de produtos, firmado entre Bio-Manguinhos e Ministério da Saúde para o ano seguinte;

e. Avaliação do Saldo em Aquisições de processos vigentes.

Dessa forma, a estimativa das quantidades a serem contratadas foi embasada em uma análise criteriosa dos dados disponíveis, visando garantir a eficiência e adequação do fornecimento às necessidades da CONTRATANTE

Pedido	Código	Material / Serviço	Unid	Qtd
225708	18160	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;0,6/1KV;90°C;150MM2	M	200
225708	18162	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;0,6/1KV;90°C;150MM2	M	200
225708	18163	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;0,6/1KV;90°C;120MM2	M	200
225708	18164	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;0,6/1KV;90°C;120MM2	M	200
223356	18289	CABO,ELETRICO;COBRE;FLEXIVEL;PRETO;0,6/1KV;90°C;25MM2	M	300
225709	22338	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;0,6/1KV,6MM2	M	450
225708	22338	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;0,6/1KV,6MM2	M	450
223360	22427	CABO MANGA;22AWG;SEM BLINDA;8 VIAS;APL PORTA CONTROLE ACESSO	M	300
225709	26748	CABO,FLEXIVEL;COBRE;PRT;PVC;90°C;TENSAO;1KV;1X10MM	M	450
225708	26748	CABO,FLEXIVEL;COBRE;PRT;PVC;90°C;TENSAO;1KV;1X10MM	M	450
225708	33099	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;1,5MM²	M	200
225708	33100	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;1,5MM²	M	200
225708	43801	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;AZUL;0,6/1KV;90°C;1x4MM2	M	200
225709	43802	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;PRETO;0,6/1KV;90°C;1x4MM2	M	450
225708	43802	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;PRETO;0,6/1KV;90°C;1x4MM2	M	450
225709	43807	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;VERDE;0,6/1KV;90°C;1x10MM2	M	450
225708	43807	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;VERDE;0,6/1KV;90°C;1x10MM2	M	450
225536	53071	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;4MM²	M	1100
225642	53071	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;4MM²	M	1100
225708	53071	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;4MM²	M	1100
223355	53072	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;4MM²	M	2400
223356	53072	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;4MM²	M	2400
225708	53072	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;4MM²	M	2400
225709	53073	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;2,5MM²	M	450
225708	53073	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;2,5MM²	M	450
225642	53074	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;2,5MM²	M	1000
225536	53074	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;2,5MM²	M	1000
225708	53074	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;2,5MM²	M	1000
225709	53075	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;4MM²	M	450
225708	53075	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;4MM²	M	450
223355	53076	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;1,5MM²	M	450
223356	53076	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;1,5MM²	M	450
225642	53077	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;2,5MM²	M	1100
225536	53077	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;2,5MM²	M	1100
225708	53077	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;2,5MM²	M	1100
225642	53078	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;2,5MM²	M	1100
225536	53078	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;2,5MM²	M	1100
225708	53078	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;2,5MM²	M	1100
225709	53079	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;4MM²	M	450
225708	53079	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;4MM²	M	450

223360	53080	CABO,PP;FLEXIVEL;3X4MM²;300/500V;RL100M	M	200
223359	53080	CABO,PP;FLEXIVEL;3X4MM²;300/500V;RL100M	M	200
223355	53081	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;6MM²	M	163
223356	53081	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;6MM²	M	163
223355	53999	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;2X2.5MM²	M	200
223356	53999	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;2X2.5MM²	M	200
223356	54003	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;1MM²	M	100
225708	54439	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;6MM²	M	200
223356	54441	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;6MM²	M	3000
223355	54441	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;6MM²	M	3000
225642	54442	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;6MM²	M	400
225708	54442	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;6MM²	M	400
225536	54445	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;10MM²	M	400
225536	54460	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;PRETO;0,6/1KV;90°C;1X185MM²	M	100
223355	54461	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;3X1.5MM²	M	700
223356	54461	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;3X1.5MM²	M	700
223355	54462	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;3X2.5MM²	M	700
223356	54462	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;3X2.5MM²	M	700
225642	54463	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;3x4MM²	M	200
225536	54463	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;3x4MM²	M	200
225642	54805	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;1,5MM²	M	350
225708	54805	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;1,5MM²	M	350
223360	55896	CABO;INSTRUMENTACAO/SINAL;BLINDADO;1X2X1,00MM	M	500
225708	56053	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;BRANCO;0,75MM2	M	200
225709	56055	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;0,75MM2	M	450
225708	56055	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;0,75MM2	M	450
223356	56056	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;0,75MM2	M	100
225537	56480	CABO;AFT;4X22AWG;BLINDADO;PRETO;049.0982.01.13,CONDUSCAMP	M	40
225537	56481	CABO;AFT;2X22AWG;BLINDADO;PRETO;049.0980.01.11,CONDUSCAMP	M	160
223361	63101	CABO,FORCA ENERGIA,2P+T;20A;3X2,5MMX1,5M;BRANCA,APL ARJ	UN	1
223356	63392	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;0,75MM	M	200
227673	67587	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;240MM²	M	200
227673	67589	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;240MM²	M	300
227673	67590	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;240MM²	M	1100
227673	67591	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;150MM²	M	800
227673	67592	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;16MM²	M	100
227673	67593	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;120MM²	M	2000
227673	67594	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;95MM²	M	100
227673	67595	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;95MM²	M	100
227673	67596	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;70MM²	M	1600
227673	67597	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;50MM²	M	1400
227673	67598	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;50MM²	M	200
227673	67599	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;25MM²	M	400
227673	67600	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;16MM²	M	100
227673	67601	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;50MM²	M	100
227673	67603	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;COBRE;PRETO;300/500V;4X4MM²	M	200
227677	67604	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;4MM²	M	100

227677	67606	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;6MM²	M	150
227677	67607	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;6MM²	M	100
227677	67608	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;10MM²	M	120
227677	67609	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;16MM²	M	90
227673	67612	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;25MM²	M	300
227673	67613	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;35MM²	M	100
227673	67614	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;35MM²	M	1000
227673	67615	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;35MM²	M	100
227673	67618	CABO,INSTR;FLEXIVEL;PRETO;BLINDAGEM;COBRE;300V;1X3X0,75MM²	M	100
227677	67626	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;COBRE;PRETO;300/500V;4X2,5MM²	M	400
227677	67639	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;4X16MM²	M	72
227673	67652	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;4X10MM²	M	100
227673	67654	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;4X6MM²	M	100
227677	67664	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;COBRE;PRETO;500V;1MM²	M	100

1. Estimativa da quantidade a ser contratada:

Como se trata de um item recentemente cadastrado, sem histórico de aquisições anteriores, a estimativa das quantidades será baseada em projeções técnicas e nos parâmetros estabelecidos pela demanda do Ministério da Saúde. A definição das quantidades levou em consideração as previsões de utilização no processo produtivo de Bio-Manguinhos/Fiocruz, alinhadas ao plano de expansão industrial e às necessidades do SUS. A projeção inicial foi elaborada com base em estudos de demanda, levando em conta a capacidade produtiva da unidade, o cronograma de implementação de novos produtos e o impacto esperado desse item na cadeia de produção.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2021	pom2022	pom2023	pom2024	pom2025
63392	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;0,75MM	M	0	0	0	0	200
53080	CABO,PP;FLEXIVEL;3X4MM²;300/500V;RL100M	M	0	200	400	0	200
63101	CABO,FORCA ENERGIA,2P+T;20A;3X2,5MMX1,5M;BRANCA,APL ARJ	UN	0	0	0	0	1
43846	CABO,FORCA;FLEXIVEL;TRIPOLAR;3X1MM;10A;2M;PADRAO BRASILEIRO	UN	0	50	0	0	15
53071	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;4MM²	M	0	2000	800	400	1100
43801	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;AZUL;0,6/1KV;90°C;1x4MM2	M	400	0	500	0	200
43802	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;PRETO;0,6/1KV;90°C;1x4MM2	M	800	0	500	0	450
43807	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;VERDE;0,6/1KV;90°C;1x10MM2	M	400	0	100	0	450
53075	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;4MM²	M	0	0	1000	0	450
67589	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;240MM²	M	0	0	0	0	300
67590	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;240MM²	M	0	0	0	0	1100
67591	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;150MM²	M	0	0	0	0	800
67592	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;16MM²	M	0	0	0	0	100
67593	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;120MM²	M	0	0	0	0	2000
67595	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;95MM²	M	0	0	0	0	100
67594	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;95MM²	M	0	0	0	0	100
67598	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;50MM²	M	0	0	0	0	200
67596	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;70MM²	M	0	0	0	0	1600
67599	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;25MM²	M	0	0	0	0	400
67597	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;50MM²	M	0	0	0	0	1400
67601	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;50MM²	M	0	0	0	0	100
67600	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;16MM²	M	0	0	0	0	100
67603	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;COBRE;PRETO;300/500V;4X4MM²	M	0	0	0	0	200
67612	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;25MM²	M	0	0	0	0	300
67613	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;35MM²	M	0	0	0	0	100

67614	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;35MM²	M	0	0	0	0	1000
67615	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;35MM²	M	0	0	0	0	100
67652	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;4X10MM²	M	0	0	0	0	100
67654	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;4X6MM²	M	0	0	0	0	100
67618	CABO,INSTR;FLEXIVEL;PRETO;BLINDAGEM;COBRE;300V;1X3X0,75MM²	M	0	0	0	0	100
67587	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;240MM²	M	0	0	0	0	200
67626	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;COBRE;PRETO;300/500V;4X2,5MM²	M	0	0	0	0	400
67604	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;4MM²	M	0	0	0	0	100
67606	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;6MM²	M	0	0	0	0	150
67607	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;6MM²	M	0	0	0	0	100
67608	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;10MM²	M	0	0	0	0	120
67609	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;16MM²	M	0	0	0	0	90
67664	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;COBRE;PRETO;500V;1MM²	M	0	0	0	0	100
67639	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;4X16MM²	M	0	0	0	0	72

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Analisando a necessidade de contratação do último ciclo, decorrente de ajustes nos programas de saúde pública e estabilização epidemiológica, a estimativa de aquisição de materiais de consumo será reduzida proporcionalmente. Analisando os dados históricos de consumo e as projeções revisadas do Ministério da Saúde, prevemos uma diminuição, conforme tabela abaixo, na quantidade de materiais em comparação aos períodos anteriores. Essa redução visa ajustar os estoques e evitar desperdícios, mantendo a eficiência no uso dos recursos sem comprometer a capacidade produtiva e a qualidade dos serviços prestados por Bio-Manguinhos/Fiocruz ao SUS.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2021	pom2022	pom2023	pom2024	pom2025
10954	CABO,ELETRICO;TIPO PP;FLEXIVEL;MEDIDAS 4X2,5MM²	M	500	0	200	650	600
43803	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;VERDE;0,6/1KV;90°C;1x4MM2	M	0	0	200	0	100
43804	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;AZUL;0,6/1KV;90°C;1x6MM2	M	500	0	0	0	350
43805	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;VERDE;0,6/1KV;90°C;1x6MM2	M	500	0	0	0	300
43806	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;AZUL;0,6/1KV;90°C;1x10MM2	M	400	0	0	0	320
43808	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;AZUL;0,6/1KV;90°C;1x16MM2	M	400	0	0	0	190
53999	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;2X2,5MM²	M	0	200	520	0	200
54441	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;6MM²	M	0	0	0	1100	3000
54003	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;1MM²	M	0	100	0	0	100
56056	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;0,75MM2	M	0	0	0	0	100
18289	CABO,ELETRICO;COBRE;FLEXIVEL;PRETO;0,6/1KV;90°C;25MM2	M	0	200	1100	0	300
22427	CABO MANGA;22AWG;SEM BLINDA;8 VIAS;APL PORTA CONTROLE ACESSO	M	0	0	250	0	300
55896	CABO;INSTRUMENTACAO/SINAL;BLINDADO;1X2X1,00MM	M	0	0	0	0	500
59506	CABO,FORCA;IEC-C19;14AWG;4,80MM;20A;3M	UN	0	0	0	0	16
53074	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;2,5MM²	M	0	2300	1400	300	1000
53078	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;2,5MM²	M	0	1000	800	370	1100
54445	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;10MM²	M	0	0	0	480	400
54460	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;PRETO;0,6/1KV;90°C;1X185MM²	M	0	0	0	200	100
54463	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;3x4MM²	M	0	0	100	300	200
56480	CABO;AFT;4X22AWG;BLINDADO;PRETO;049.0982.01.13,CONDUSCAMP	M	0	0	100	150	40
56481	CABO;AFT;2X22AWG;BLINDADO;PRETO;049.0980.01.11,CONDUSCAMP	M	0	0	200	400	160
54442	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;6MM²	M	0	0	300	300	400
18160	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;0,6/1KV;90°C;150MM2	M	0	0	200	0	200
18162	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;0,6/1KV;90°C;150MM2	M	0	0	200	0	200
18163	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;0,6/1KV;90°C;120MM2	M	0	0	200	0	200
18164	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;0,6/1KV;90°C;120MM2	M	0	0	500	0	200
22338	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;0,6/1KV,6MM2	M	200	0	1375	0	450
26748	CABO,FLEXIVEL;COBRE;PRT;PVC;90°C;TENSAO;1KV;1X10MM	M	0	0	1500	0	450

33099	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;1,5MM²	M	0	100	1200	0	200
33100	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;1,5MM²	M	0	0	500	0	200
53073	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;2,5MM²	M	0	0	4000	0	450
53079	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;4MM²	M	0	1000	2000	0	450
54439	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;6MM²	M	0	0	600	100	200
56053	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;BRANCO;0,75MM2	M	0	0	200	0	200

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Diante do aumento da demanda identificado pelos programas do Ministério da Saúde e da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, a estimativa de quantidades de materiais de consumo reflete esse crescimento. Com base nos dados históricos das aquisições anteriores, observamos um incremento significativo na necessidade de insumos devido ao aumento da capacidade de produção da unidade Bio-Manguinhos/Fiocruz e ao crescimento da demanda do Sistema Único de Saúde (SUS). O material é necessário para garantir a continuidade das operações e o cumprimento das metas estabelecidas. Assim, a projeção para o período contempla um aumento dos quantitativos, a fim de atender plenamente as novas exigências operacionais e os programas de saúde pública.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2021	pom2022	pom2023	pom2024	pom2025
54461	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;3X1.5MM²	M	0	0	300	200	700
54462	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;3X2.5MM²	M	0	250	300	300	700
53072	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;4MM²	M	0	0	600	500	2400
53076	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;1,5MM²	M	0	1000	0	200	450
53081	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;6MM²	M	0	0	100	0	163
53077	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;2,5MM²	M	0	1000	500	525	1100
54805	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;1,5MM²	M	0	0	500	300	350
56055	CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;0,75MM2	M	0	0	200	0	450

7. Descrição da solução como um todo

Nesta seção, descreve-se a solução técnica proposta para atender à necessidade administrativa, incluindo as características essenciais e os requisitos preliminares. A solução especificada visa manter em operação todo o parque fabril do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, bem como seus projetos e laboratórios onde são realizadas análises físico-químicas e estudos. Esse modelo, já em uso, otimiza o processo, reduzindo desperdícios de tempo e de informações, o que facilita a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, além de simplificar procedimentos administrativos e reduzir custos financeiros.

A fundamentação legal específica para a aquisição será devidamente detalhada no Termo de Referência (TR), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. No TR, serão definidos os dispositivos legais que sustentam esta contratação, incluindo a modalidade licitatória e os critérios de economicidade e eficiência observados. A justificativa para cada etapa será embasada nos princípios de conformidade com a administração pública e na aderência às normas vigentes, garantindo clareza e segurança jurídica ao processo licitatório, além de viabilizar critérios de economicidade e sustentabilidade para a Administração.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): SIGILOSO

O valor dessa contratação está estimado em R\$ SIGILOSO

Informamos que o valor disposto no item 8 deste ETP, reflete os valores apurados na pesquisa de mercado realizada para fins de estimativas de valores e planejamento orçamentário da contratação, possibilitando a avaliação

da viabilidade econômica, portanto, não se confunde com a pesquisa a ser realizada para aferição da conformidade /aceitação da proposta, que será realizada de acordo com a Instrução Normativa Seges/ME 65/2021 junto ao mercado fornecedor para obtenção do preço de referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em atendimento ao art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a opção pelo parcelamento do objeto justifica-se pela viabilidade técnica e pela vantajosidade econômica da aquisição de materiais de consumo de forma fracionada, considerando que os itens possuem natureza comum, características independentes e podem ser fornecidos de maneira autônoma, sem prejuízo à funcionalidade, à qualidade ou ao atendimento da necessidade administrativa.

O parcelamento possibilita a ampliação da competitividade, favorece a participação de um maior número de fornecedores e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, conforme as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Trata-se de aquisição dos itens comuns para atendimento a Bio-Manguinhos. Suas necessidades são planejadas anualmente para atendimento às mais diversas áreas e setores. Dessa forma, os pedidos inseridos em sistema interno são liberados de acordo com sua prioridade de compra. As contratações são consolidadas por guardar relação com o objeto principal. Não havendo vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens desta contratação foram devidamente previstos no Plano de Gestão de Contratações (PGC) das respectivas unidades, tendo sido lançados em 2025, com a previsão de execução no exercício de 2026, em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022. A demanda apresentada neste documento está contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) para o ano de 2026, alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável da Fiocruz, e foi registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), dentro dos prazos e requisitos estabelecidos pela legislação vigente.

I) ID pca PNCP: 33781055000135-0-000007/2026

II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025

Classe	Desc da Classe	Identificador da Futura Contratação	Id do item no PCA
6145	FIOS E CABOS ELÉTRICOS	254445-23/2026	231
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
6150	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	254445-23/2026	316

12. PRORROGAÇÃO DA ARP E QUANTITATIVOS

Em conformidade com o Parecer n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, registra-se que, considerando que a vigência da Ata de Registro de Preços poderá alcançar até 24 (vinte e quatro) meses, mediante prorrogação por igual período, esta fase de planejamento prevê expressamente a possibilidade de renovação dos quantitativos originalmente registrados, limitada ao quantitativo anual estimado para fins de planejamento.

A renovação dos quantitativos somente poderá ocorrer caso sejam observadas simultaneamente as seguintes condições: Comprovação da manutenção do preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e art. 22 do Decreto nº 11.462 /2023; Previsão expressa no edital e na própria Ata de Registro de Preços quanto à possibilidade de renovação dos quantitativos durante a prorrogação; Tratamento prévio e justificado no planejamento, nos moldes do art. 18, §1º, IV, e art. 40 da Lei nº 14.133/2021, assegurando alinhamento com o princípio da anualidade e com as estimativas de consumo; Formalização por termo aditivo dentro do prazo de vigência original, conforme orientação consolidada no Parecer n. 00075/2024 e na ON AGU nº 89/2024.

A presente previsão visa garantir segurança jurídica ao procedimento, assegurar transparência aos licitantes, preservar a fidedignidade das estimativas anuais de demanda e evitar a necessidade de superdimensionamento de quantitativos no planejamento inicial, nos termos das conclusões consolidadas pela AGU. Dessa forma, fica consignado neste ETP que a eventual prorrogação da Ata poderá contemplar a renovação dos quantitativos definidos para a contratação, observando-se que as estimativas aqui apresentadas poderão ser refinadas ou ajustadas no Termo de Referência, respeitados sempre os limites legais e as condições estabelecidas para renovação.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O investimento contínuo na cadeia de inovação e em desenvolvimento tecnológico é uma marca do instituto, assim como o domínio de tecnologias de ponta e avançados processos de produção. Parcerias com outras instituições públicas e privadas- garantem acordos de transferência de tecnologia e de desenvolvimento tecnológico, contribuindo para a evolução dos projetos do instituto. O cumprimento dos requerimentos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) assim como a certificação de qualidade de seus laboratórios fazem do Instituto um importante agente para a melhoria da saúde pública do país. Os resultados esperados com a aquisição é a manutenção da capacidade produtiva, garantir o bom funcionamento dos equipamentos com confiabilidade dos resultados, atendendo assim as exigências de boas práticas de fabricação. Manter o parque industrial operacional durante todo o ano. Evitar parada na rotina dos laboratórios e o atraso na liberação de lotes de produtos

14. Possíveis Impactos Ambientais

O Plano de Logística Sustentável da Fiocruz (PLS) contém diversas medidas mitigadoras e ações voltadas para o baixo consumo de energia e outros recursos, bem como a logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos. Abaixo estão algumas das principais ações incluídas no PLS: Redução do Consumo de Energia:

Promoção de Campanhas de Uso Racional de Energia Elétrica: Inclui a distribuição de informes físicos e digitais, adesivos sobre como reduzir o consumo de energia elétrica, e a realização de seminários.

Essas ações fazem parte de um esforço contínuo da Fiocruz para reduzir impactos ambientais, promover a sustentabilidade e garantir o manejo adequado dos recursos e resíduos.

A Fiocruz, ciente do seu papel enquanto instituição de pesquisa, ensino e produção em saúde pública, adota práticas de mitigação e controle dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Exemplo disso é seu programa de gerenciamento de resíduos, procedimentos de biossegurança, programa de tratamento de efluentes, que conta com uma Estação de Tratamento de Esgoto própria, e programa de descarte de resíduos químicos e nucleares, entre outros. Essas práticas garantem o controle dos impactos ambientais inerentes aos processos da Fiocruz, resultando em uma condução diligente e consciente dos aspectos ambientais relativos ao cuidado com a saúde pública.

Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis em <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas>, verificamos que a licitação/contratação sustentável é um instrumento significativo para que a Administração Pública exija que as empresas cumpram requisitos de sustentabilidade socioambiental, desde a produção até a distribuição de bens, prestação de serviços e realização de obras de engenharia.

Conforme a Instrução Normativa Nº 01/2010-SLTI/MPOG, os órgãos da Administração Pública podem exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens. No presente processo, aplicam-se os requisitos desta Instrução Normativa. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental previstos, especificamente os definidos no artigo 5º da IN mencionada, que incluem:

I – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento; e

IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Por se tratar de responsabilidade corporativa da empresa fornecedora, deve-se incluir no rol de declarações que sua política de governança contempla compromissos de sustentabilidade ambiental, com ações nas áreas de redução da geração de resíduos sólidos, emissões de gases de efeito estufa, consumo de água, consumo de energia, e apoio à diversidade étnica, cultural e de gênero.

Coleta Seletiva de Papel/Papelão, Plástico e Vidro: Programa de coleta seletiva solidária que destinou, entre 2018 e 2020, aproximadamente 622,5 toneladas de papel/papelão, 130,5 toneladas de plástico, e 20,6 toneladas de vidro para reciclagem.

Resíduos Eletroeletrônicos: Remanufatura e reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos por meio de cooperativas credenciadas.

Cartuchos, Tonners e Latas de Tinta: Destinação para coprocessamento, transformando-os em combustível para a indústria cimenteira.

Pilhas e Baterias: Logística reversa em parceria com a ABINEE, coletando e destinando cerca de 8.880,3 kg de pilhas e baterias para reciclagem.

Resíduos de Óleo Vegetal: Coleta quinzenal e reciclagem de óleo vegetal usado nos restaurantes dos campi.

Instalação de Sensores e Temporizadores: Implementação de sensores de presença e temporizadores para otimizar o uso de energia.

Substituição de Equipamentos: Troca de equipamentos antigos por novos com selo Procel e substituição de lâmpadas por LED.

Retrofit nas Demandas de Adequações: Execução de estudos de viabilidade e serviços de retrofit para melhorar a eficiência energética das instalações.

15. Providências a serem Adotadas

Não há providências necessárias para adequação do local de execução das aquisições, visto que, o consumo do objeto a ser adquirido já contempla o espaço necessário para o Uso, Ambiente de Produção e Laboratórios do referido Instituto.

16. Data e Local

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2026.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Técnico Preliminar e demais informações, considero viável, tanto nos aspectos técnicos quanto nos aspectos econômicos, a realização da aquisição pretendida a fim de atender as demandas de Bio-Manguinhos. Diante de todas as informações colhidas nas etapas de elaboração do ETP, com base nas informações fornecidas pelos respectivos usuários e detalhadas nas justificativas anexas, caberá à autoridade competente decidir pela viabilidade da contratação, bem como o seu alinhamento com a necessidade apontada pela unidade demandante e o planejamento estratégico da organização.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WAGNER ALVES DA SILVA

Equipe de Planejamento

LEONARDO PEREIRA DO NASCIMENTO

Equipe de Planejamento

FLAVIO ISIDORO DA SILVA

Equipe de Planejamento

MICHAEL PAISANTE DE OLIVEIRA

Equipe de Fiscalização

CRISTINA AZEVEDO ZANIRATI

Equipe de Fiscalização

Especificações Detalhada dos Itens:

Item : 1

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;0,6/1KV;90°C;150MM2
CABO ELETRICO FLEXIVEL;COR:VERDE;TENSÃO ISOLAMENTO:0,6/1KV;90°C;SEÇÃO:150MM2,APL
INSTALAÇÕES ELETRICAS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O
QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A
APRESENTAÇÃO DOS
CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 2

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;0,6/1KV;90°C;150MM2
CABO ELETRICO FLEXIVEL;COR:AZUL;TENSÃO ISOLAMENTO:0,6/1KV;90°C;SEÇÃO:150MM2,APL
INSTALAÇÕES ELETRICAS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O
QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).
NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A
APRESENTAÇÃO DOS
CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 3

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;0,6/1KV;90°C;120MM2
CABO ELETRICO FLEXIVEL;COR:VERDE;TENSÃO ISOLAMENTO:0,6/1KV;90°C;SEÇÃO:120MM2,APL
INSTALAÇÕES ELETRICAS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O
QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).
NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A
APRESENTAÇÃO DOS
CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 4

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;0,6/1KV;90°C;120MM2
CABO ELETRICO FLEXIVEL;COR:AZUL;TENSÃO ISOLAMENTO:0,6/1KV;90°C;SEÇÃO:120MM2,APL
INSTALAÇÕES ELETRICAS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O
QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).
NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A
APRESENTAÇÃO DOS
CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 5

Material: CABO,ELETRICO;COBRE;FLEXIVEL;PRETO;0,6/1KV;90°C;25MM2
CABO ELETRICO COBRE FLEXIVEL;
COR:PRETA;TENSÃO ISOLAÇÃO : 0,6/1KV; 90°C;
SEÇÃO :25MM2
FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O
QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A
APRESENTAÇÃO DOS

CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 6

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;0,6/1KV,6MM2
CABO ELETRICO FLEXIVEL;MATERIAL: COBRE;COR:PRETO;TENSÃO
ISOLAMENTO:0,6/1KV;90°C;SEÇÃO:6MM,APL INSTALAÇÕES ELETRICAS DE MAQUINAS E
EQUIPAMENTOS

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O
QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 7

Material: CABO MANGA;22AWG;SEM BLINDA;8 VIAS;APL PORTA CONTROLE ACESSO
CABO MANGA, 8 VIAS, SEM BLINDAGEM, 22AWG, CONDUTOR: 7X0,254MM, ISOLAÇÃO: DIÂMETRO 1,38MM, DIÂMETRO EXTERNO: 6,5MM, PESO LIQUIDO: 70 KG/KM
APLICAÇÃO: PORTA DO CONTROLE DE ACESSO

Item : 8

Material: CABO,FLEXIVEL;COBRE;PRT;PVC;90°C;TENSAO;1KV;1X10MM
CABO DE COBRE FLEXÍVEL; COR:PRETO; TIPO DE ISOLAMENTO: PVC;TEMPERATURA MAXIMA:90°C;TENSÃO:1KV;DIAMETRO NOMINAL: 1X10MM; USO GERAL

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 9

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;1,5MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL ATOX FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 4 E 5
TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V
ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C
ANTICHAMA (BWF-B)
CONDUTORES: 1 (UM)
SECAO NOMINAL: 1,5MM²;
COR: PRETO

APLICACAO: INSTALACOES ELETRICASFORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 10

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;1,5MM²

CABO ELETRICO FLEXIVEL ATOX FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 4 E 5

TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V

ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C

ANTICHAMA (BWF-B)

CONDUTORES: 1 (UM)

SECAO NOMINAL: 1,5MM²;

COR: AZUL

APLICACAO: INSTALACOES ELETRICASFORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 11

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;AZUL;0,6/1KV;90°C;1x4MM2

CABO ELETRICO FLEXIVEL

ISOLADO EM HEPR (BORRACHA ETILENOPROPILENO)

COR AZUL

TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV

TEMPERATURA 90°C

SEÇÃO NOMINAL: 1X4MM2

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 12

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;PRETO;0,6/1KV;90°C;1x4MM2

CABO ELETRICO FLEXIVEL

ISOLADO EM HEPR (BORRACHA ETILENOPROPILENO)

COR PRETO

TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV

TEMPERATURA 90°C

SEÇÃO NOMINAL: 1X4MM2

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 13

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;VERDE;0,6/1KV;90°C;1x10MM2

CABO ELETRICO FLEXIVEL

ISOLADO EM HEPR (BORRACHA ETILENOPROPILENO)

COR VERDE

TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV

TEMPERATURA 90°C

SEÇÃO NOMINAL: 1X10MM2

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 14

Material: CABO,FORCA;FLEXIVEL;TRIPOLAR;3X1MM;10A;2M;PADRAO BRASILEIRO

CABO DE FORCA FLEXIVEL; TIPO DE CABO TRIPOLAR, 3X1MM; CORRENTE MAXIMA 10A;

TENSÃO

MAXIMA 250V; COMPRIMENTO 2 METROS; PADRAO BRASILEIRO.

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

NOTA: ESTE ITEM SUBSTITUI O DE CÓDIGO 22519. (RAFAELA DE OLIVEIRA, EM 25/09/2019)

Item : 15

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;4MM²

CABO ELETRICO FLEXIVEL ATOX FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDAMENTO CLASSES 4 E 5

TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V

ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C

ANTICHAMA (BWF-B)

CONDUTORES: 1 (UM)

SECAO NOMINAL: 4MM²

COR: VERMELHO

APLICACAO: INSTALACOES ELÉTRICAS

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

NOTA:

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO

DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 16

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;4MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL ATOX FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 4 E 5
TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V
ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C
ANTICHAMA (BWF-B)
CONDUTORES: 1 (UM)
SECAO NOMINAL: 4MM²
COR: VERDE

APLICACAO: INSTALAÇÕESS ELÉTRICAS
FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

NOTA:

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 17

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;2,5MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL ATOX FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 4 E 5
TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V
ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C
ANTICHAMA (BWF-B)
CONDUTORES: 1 (UM)
SECAO NOMINAL: 2,5MM²
COR: AZUL

APLICACAO: INSTALACOES ELETRICAS
FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 18

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;2,5MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL ATOX FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 4 E 5
TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V
ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C
ANTICHAMA (BWF-B)
CONDUTORES: 1 (UM)
SECAO NOMINAL: 2,5MM²
COR: PRETO

APLICACAO: INSTALACÕES ELÉTRICAS
FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

NOTA:

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS

CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 19

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;4MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL ATOX FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 4 E 5
TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V
ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C
ANTICHAMA (BWF-B)
CONDUTORES: 1 (UM)
SECAO NOMINAL: 4MM²
COR: PRETO
APLICACAO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 20

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;1,5MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL ATOX FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 4 E 5
TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V
ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C
ANTICHAMA (BWF-B)
TEMPERATURA MAXIMA DE 70 °C
CONDUTORES: 1 (UM)
SECAO NOMINAL: 1,5MM²;
COR: VERDE
APLICACAO: INSTALACOES ELETRICASFORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

NOTA:

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 21

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;2,5MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL ATOX FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 4 E 5
TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V
ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C
ANTICHAMA (BWF-B)
CONDUTORES: 1 (UM)
SECAO NOMINAL: 2,5MM²
COR: VERMELHO
APLICACAO: INSTALACÕES ELÉTRICAS
FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

NOTA:

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 22

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;2,5MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL ATOX FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 4 E 5
TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V
ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C
ANTICHAMA (BWF-B)

CONDUTORES: 1 (UM)
SECAO NOMINAL: 2,5MM²
COR: VERDE
APLICACAO: INSTALACÕES ELÉTRICAS
FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

NOTA:
DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 23
Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;4MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL ATOX FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDAMENTO CLASSES 4 E 5
TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V
ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C

ANTICHAMA (BWF-B)
CONDUTORES: 1 (UM)
SECAO NOMINAL: 4MM²
COR: AZUL
APLICACAO: INSTALACÕES ELÉTRICAS
FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 24
Material: CABO,PP;FLEXIVEL;3X4MM²;300/500V;RL100M
CABO PP FLEXIVEL; PRETO; COM 3 VIAS;
TENSÃO NOMINAL: 300/500V;
BITOLA DO CABO: 4 MM²;
MATERIAL: COBRE;
ISOLAÇÃO: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TIPO DE EMBALAGEM: ROLO COM 100 METROS;
INDICADO PARA ALIMENTAÇÃO DE APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS E FERRAMENTAS ELÉTRICAS PORTÁTEIS, QUE REQUEREM UM CABO DE ALTA FLEXIBILIDADE E RESISTÊNCIA À ABRASÃO.

NOTA:
DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 25
Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;6MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL ATOX FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDAMENTO CLASSES 4 E 5
TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V
ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C
ANTICHAMA (BWF-B)
CONDUTORES: 1 (UM)
SECAO NOMINAL: 6MM²
COR: VERMELHO
APLICACAO: INSTALACÕES ELÉTRICAS
FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 26

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;2X2.5MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE,
ENCORDOAMENTO CLASSE 5, AS VEIAS SÃO ISOLADAS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC), TIPO PVC/D PARA 70 °C TORCIDAS ENTRE SI, FORMANDO O NÚCLEO, A COBERTURA EXTRUDADA COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) TIPO ST5
TENSÃO NOMINAL: 500V
TIPO: PP
SEÇÃO NOMINAL: 2X2,5MM²
COR: PRETO
COR DA ISOLAÇÃO: 1 VIA - COR PRETO / 1 VIA - COR AZUL
APLICAÇÃO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 27

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;1MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE,
ENCORDOAMENTO CLASSES 4 E 5
TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V
ISOLAMENTO: POLICLORETO DE VINILA (PVC), TIPO PVC/A PARA 70 °C
ANTICHAMA (BWF-B)
CONDUTORES: 1 (UM)
SECAO NOMINAL: 1MM²
COR: PRETO
APLICACAO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

INFORMACOES ADICIONAIS: O MATERIAL PODE SER ADQUIRIDO EM ROLOS FECHADOS; DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 28

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;AZUL;6MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL ATOX FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 4 E 5
TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V
ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C
ANTICHAMA (BWF-B)
CONDUTORES: 1 (UM)
SECAO NOMINAL: 6MM²
COR: AZUL
APLICACAO: INSTALACÕES ELÉTRICAS

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

NOTA:

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 29

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;6MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL ATOX FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 4 E 5
TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V
ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C
ANTICHAMA (BWF-B)
CONDUTORES: 1 (UM)
SECAO NOMINAL: 6MM²
COR: PRETO
APLICACAO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

NOTA:

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 30

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;6MM²

CABO ELETRICO FLEXIVEL ATOX FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 4 E 5
TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V
ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C
ANTICHAMA (BWF-B)
CONDUTORES: 1 (UM)
SECAO NOMINAL: 6MM²
COR: VERDE
APLICACAO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

NOTA:

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 31

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;10MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE,
ENCORDOAMENTO CLASSES 4 E 5
TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V
ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C
ANTICHAMA (BWF-B)
TEMPERATURA MAXIMA DE 70 °C
CONDUTORES: 1 (UM)
SECAO NOMINAL: 10MM²
COR: PRETO
APLICACAO: INSTALACÕES ELÉTRICAS
FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

NOTA:

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022. DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 32

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;HEPR;PRETO;0,6/1KV;90°C;1X185MM²

CABO ELETRICO FLEXIVEL

ISOLADO EM HEPR (BORRACHA ETILENOPROPILENO)

ANTICHAMA (BWF-B)

COR PRETO

TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV

TEMPERATURA 90°C

SEÇÃO NOMINAL: 1X185MM²

APLICACAO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022)

NOTA:

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 33

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;3X1.5MM²

CABO ELETRICO FLEXIVEL FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE,

ENCORDOAMENTO CLASSE 5, AS VEIAS SÃO ISOLADAS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC), TIPO

PVC/D PARA 70 °C TORCIDAS ENTRE SI, FORMANDO O NÚCLEO, A COBERTURA EXTRUDADA COM

POLICLORETO DE VINILA (PVC) TIPO ST5

TENSÃO NOMINAL: 500V

TIPO: PP

SEÇÃO NOMINAL: 3X1,5MM²

COR: PRETO

COR DA ISOLAÇÃO: 1 VIA - COR PRETO / 1 VIA - COR AZUL / 1 VIA - BRANCO

APLICAÇÃO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA:

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 34

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;3X2.5MM²

CABO ELETRICO FLEXIVEL FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE,

ENCORDOAMENTO CLASSE 5, AS VEIAS SÃO ISOLADAS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC), TIPO

PVC/D PARA 70 °C TORCIDAS ENTRE SI, FORMANDO O NÚCLEO, A COBERTURA EXTRUDADA COM

POLICLORETO DE VINILA (PVC) TIPO ST5

TENSÃO NOMINAL: 500V

TIPO: PP

SEÇÃO NOMINAL: 3X2,5MM²

COR: PRETO

COR DA ISOLAÇÃO: 1 VIA - COR PRETO / 1 VIA - COR AZUL / 1 VIA - BRANCO

APLICAÇÃO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA:

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 35

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;PVC;500V;PRETO;3x4MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 5, AS VEIAS SÃO ISOLADAS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC), TIPO PVC/D PARA 70 °C TORCIDAS ENTRE SI, FORMANDO O NÚCLEO, A COBERTURA EXTRUDADA COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) TIPO ST5
TENSÃO NOMINAL: 500V
TIPO: PP
SEÇÃO NOMINAL: 3X4MM²
COR: PRETO
COR DA ISOLAÇÃO: 1 VIA - COR PRETO / 1 VIA - COR AZUL / 1 VIA - BRANCO
APLICAÇÃO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA:

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 36

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;1,5MM²
CABO ELETRICO FLEXIVEL ATOX FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 4 E 5
TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V
ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C
ANTICHAMA (BWF-B)

TEMPERATURA MAXIMA DE 70 °C

CONDUTORES: 1 (UM)

SECAO NOMINAL: 1,5MM²;

COR: VERMELHO

APLICACAO: INSTALACOES ELETRICAS

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA)

NOTA:

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 37

Material: CABO;INSTRUMENTACAO/SINAL;BLINDADO;1X2X1,00MM
CABO INSTRUMENTAÇÃO/SINAL 1X2X1,00 MM² BLINDAGEM TOTAL + DRENO PRETO;
CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO NÚ;
TENSÃO: 300V;
NÚMERO DE VIAS: 2;
BITOLA: 1,00 MM²;
BLINDAGEM: FITA ALUMINIZADA;
TEMPERATURA ISOLAÇÃO: 105 GRAUS;
VIAS INTERNAS: COLORIDAS;
COR CAPA EXTERNA: PRETO.

Item : 38

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;BRANCO;0,75MM2
CABO ELETRICO FLEXIVEL FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE,
ENCORDAMENTO CLASSES 4 E 5 TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C ANTICHAMA (BWF-B) TEMPERATURA MAXIMA DE 70 °C CONDUTORES: 1 (UM) SECAO NOMINAL: 0,75MM² COR: BRANCO APLICACAO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL.

DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 39

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;PRETO;0,75MM2
CABO ELETRICO FLEXIVEL FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE,
ENCORDAMENTO CLASSES 4 E 5 TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C ANTICHAMA (BWF-B) TEMPERATURA MAXIMA DE 70 °C CONDUTORES: 1 (UM) SECAO NOMINAL: 0,75MM² COR: PRETO APLICACAO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS FORNECIMENTO:

ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL. (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA.

DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 40

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERMELHO;0,75MM2
CABO ELETRICO FLEXIVEL FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE,
ENCORDAMENTO CLASSES 4 E 5 TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V ISOLAMENTO: COM POLICLORETO DE VINILICA (PVC) TIPO PVC/A PARA 70°C ANTICHAMA (BWF-B) TEMPERATURA MAXIMA DE 70 °C CONDUTORES: 1 (UM) SECAO NOMINAL: 0,75MM² COR: VERMELHO. APLICACAO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA.

DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 41

Material: CABO;AFT;4X22AWG;BLINDADO;PRETO;049.0982.01.13,CONDUSCAMP
CONDUTOR COBRE ESTANHADO
CLASSE DE ENCORDAMENTO: 5
ISOLAÇÃO DO CONDUTOR: PE (POLIETILENO)
TEMPERATURA DE ISOLAÇÃO: 70 GRAUS
VEIAS: BRANCO, VERMELHO, PRETO E AZUL
CAPA EXTERNA: PVC
TEMPERATURA CAPA EXTERNA: 70 GRAUS
CAPA EXTERNA: PVC
TEMPERATURA CAPA EXTERNA: 70 GRAUS
COR DA CAPA EXTERNA: PRETO
TENSÃO: 300V
NÚMERO DE VIAS: 4
BITOLA: 22 AWG (APROX 0,33 MM²)
BLINDAGEM: MALHA DE COBRE ESTANHADO

NOTA:

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 42

Material: CABO;AFT;2X22AWG;BLINDADO;PRETO;049.0980.01.11,CONDUSCAMP
CONDUTOR COBRE ESTANHADO
CLASSE DE ENCORDAMENTO: 5
ISOLAÇÃO DO CONDUTOR: PE (POLIETILENO)
TEMPERATURA DE ISOLAÇÃO:70 GRAUS
VEIAS:BRANCO E VERMELHO
CAPA EXTERNA:PVC
TEMPERATURA CAPA EXTERNA:70 GRAUS
CAPA EXTERNA:PVC
TEMPERATURA CAPA EXTERNA:70 GRAUS
COR DA CAPA EXTERNA:PRETO
TENSÃO: 300V
NÚMERO DE VIAS:2
BITOLA:22 AWG (APROX 0,33 MM²)
BLINDAGEM:MALHA DE COBRE ESTANHADO

NOTA:

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 2022.DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 43

Material: CABO,FORÇA;IEC-C19;14AWG;4,80MM;20A;3M
CABO DE FORÇA; 3 METROS;
CONECTOR: ENERGIA IEC C19
CONECTOR (SEGUNDA PONTA): ENERGIA NBR 14136 - MACHO;
BITOLA: 14AWG (2,08MM²);
ESPESSURA DO PINO: 4,80MM;
CORRENTE: 20 A;
COR: PRETO;
APLICAÇÃO: UTILIZADO PARA LIGAÇÃO DE NOBREAK, SERVIDORES, PC, ALÉM DE MAQUINÁRIOS EM GERAL.

Item : 44

Material: CABO,FORÇA ENERGIA,2P+T;20A;3X2,5MMX1,5M;BRANCA,APL ARJ
CABO DE FORÇA DE ENERGIA; QUANTIDADE DE PINOS 3 (2 POLOS + 1 TERRA); CORRENTE 20 AMPERES; DIMENSÕES DO FIO 3X1; 2,5 MM; COMPRIMENTO DO CABO 1,5 METROS; COR BRANCA;
APLICAÇÃO EM AR CONDICIONADO JANELA UNIVERSAL DE 7000 A 30000 BTUS

Item : 45

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PVC;70°C;450/750V;VERDE;0,75MM
CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL;
COR: VERDE;
ISOLADO EM: PVC TIPO BWF;
CONDUTOR DE FIOS: COBRE ELETROLÍTICO;
CLASSE TÉRMICA: 70 °C;
TENSÃO DE ISOLAÇÃO: 450/750 V;
BITOLA: 0,75 MM.

Item : 46

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;240MM²
CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: VERDE;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);

COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);

TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
BITOLA: 240MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 47

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;240MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: AZUL;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
BITOLA: 240MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 48

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;240MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: PRETO;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
BITOLA: 240MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS

CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 49

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;150MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: PRETO;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
BITOLA: 150MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 50

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;16MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: PRETO;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
BITOLA: 16MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 51

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;120MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;

COR: PRETO;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
BITOLA: 120MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 52

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;95MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: PRETO;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
BITOLA: 95MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 53

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;95MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: VERDE;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
BITOLA: 95MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 54

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;70MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: PRETO;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
BITOLA: 70MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 55

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;50MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: PRETO;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
BITOLA: 50MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 56

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;50MM²

CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: VERDE;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;

TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
BITOLA: 50MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 57

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;25MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: VERDE;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
BITOLA: 25MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 58

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;16MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: VERDE;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;

BITOLA: 16MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 59

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;50MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: AZUL;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
BITOLA: 50MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO

DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 60

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;COBRE;PRETO;300/500V;4X4MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL; TIPO PP;
CONDUTOR DE FIOS: FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO;
COR: PRETO;
ISOLADO EM: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC);
TENSÃO DE NOMINAL: 300/500 V;
CLASSE TÉRMICA: 70°C;
BITOLA: 4 X 4MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 61

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;4MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: VERDE;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
QUANTIDADE DE VIAS: 1;
BITOLA: 4MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 62

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;6MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: AZUL;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
QUANTIDADE DE VIAS: 1;
BITOLA: 6MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 63

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;6MM²

CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;

MATERIAL CONDUTOR: COBRE;

COR: VERDE;

ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);

COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);

TEMPERATURA: 90°C;

TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;

QUANTIDADE DE VIAS: 1;

BITOLA: 6MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 64

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;10MM²

CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;

MATERIAL CONDUTOR: COBRE;

COR: AZUL;

ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);

COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);

TEMPERATURA: 90°C;

TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;

QUANTIDADE DE VIAS: 1;

BITOLA: 10MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 65

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;16MM²

CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;

MATERIAL CONDUTOR: COBRE;

COR: AZUL;

ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);

COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);

TEMPERATURA: 90°C;

TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;

QUANTIDADE DE VIAS: 1;

BITOLA: 16MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 66

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;25MM²

CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;

MATERIAL CONDUTOR: COBRE;

COR: AZUL;

ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
QUANTIDADE DE VIAS: 1;
BITOLA: 25MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 67

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;AZUL;COBRE;90°C;0,6/1KV;35MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: AZUL;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
QUANTIDADE DE VIAS: 1;
BITOLA: 35MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS

CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 68

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;35MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: PRETO;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
QUANTIDADE DE VIAS: 1;
BITOLA: 35MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 69

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;VERDE;COBRE;90°C;0,6/1KV;35MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: VERDE;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
QUANTIDADE DE VIAS: 1;

BITOLA: 35MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 70

Material: CABO, INSTR; FLEXIVEL; PRETO; BLINDAGEM; COBRE; 300V; 1X3X0,75MM²

CABO INSTRUMENTAÇÃO FLEXIVEL;

MATERIAL CONDUTOR: COBRE;

COR: PRETO;

ISOLAÇÃO / CAPA EXTERNA: PVC ST2;

BLINDAGEM: FITA ALUMINIZADA;

TEMPERATURA: 105°C;

TENSÃO NOMINAL: 300 V;

QUANTIDADE DE VIAS: 3 (1T);

DRENO: 0,50MM²;

BITOLA: 0,75MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 71

Material: CABO, ELETRICO; FLEXIVEL; PP; COBRE; PRETO; 300/500V; 4X2,5MM²

CABO ELÉTRICO FLEXIVEL; TIPO PP;

CONDUTOR DE FIOS: FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO;

COR: PRETO;

ISOLADO EM: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC);

TENSÃO DE ISOLAÇÃO: 300/500 V;

CLASSE TÉRMICA: 70°C;

BITOLA: 4 X 2,5MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 72

Material: CABO, ELETRICO; FLEXIVEL; PRETO; COBRE; 90°C; 0,6/1KV; 4X16MM²

CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;

MATERIAL CONDUTOR: COBRE;

COR: PRETO;

ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);

COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);

TEMPERATURA: 90°C;

TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;

QUANTIDADE DE VIAS: 4;

BITOLA: 16MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 73

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;4X10MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: PRETO;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
QUANTIDADE DE VIAS: 4;
BITOLA: 10MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 74

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PRETO;COBRE;90°C;0,6/1KV;4X6MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: PRETO;
ISOLAÇÃO: COMPOSTO BORRACHA ETILENOPROPILENO (HEPR);
COBERTURA: POLICLORETO DE VINILA (PVC);
TEMPERATURA: 90°C;
TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV;
QUANTIDADE DE VIAS: 4;
BITOLA: 6MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

Item : 75

Material: CABO,ELETRICO;FLEXIVEL;PP;COBRE;PRETO;500V;1MM²
CABO ELÉTRICO FLEXIVEL; TIPO PP;
MATERIAL CONDUTOR: COBRE;
COR: PRETO;
ISOLADO EM: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC);
TENSÃO DE NOMINAL: 500 V;
QUANTIDADE DE VIAS: 2;
TEMPERATURA: 70°C;
BITOLA: 1MM².

FORNECIMENTO: ACONDICIONAMENTO EM BOBINAS OU CARRETEL (SE FAZ NECESSÁRIO O QUESTIONAMENTO ANTES DA ENTREGA. (05/10/2022).

NOTA: DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DOS FABRICANTES DOS PRODUTOS DECLARADOS JUNTO AO INMETRO.

**INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

(Processo Administrativo nº 25386.000550/2026-10)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI O INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM
IMUNOBIOLOGICOS/FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ E

.....

A Fundação Oswaldo Cruz, por intermédio do(a) Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, com sede no(a) Av. Brasil, 4365, na cidade de Rio de Janeiro - RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora, Sra. Rosane Cuber Guimarães, nomeado(a) pela Portaria nº 547, de 17 de Junho de 2025, publicada no DOU de 23 de Junho de 2025, portadorA da Matrícula Funcional nº 1353412, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 10 de 10 de janeiro de 2024, do Sr. Presidente da Fiocruz, publicada no DOU, Seção 2, em 24/01/2024, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº nº 25386.000550/2026-10 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de cabos elétricos diversos, em atendimento a Bio-Manguinhos nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da última assinatura aposta no instrumento de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

18.1. A contratada comprovou a regularidade respectiva, conforme consultas ao SICAF, CADIN e consulta consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Lista de Inidôneos do TCU, CNJ e CEIS), em ____/____/20____, anexadas ao processo nº 25386.000550/2026-10.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária da Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

(Processo Administrativo nº 25386.000550/2026-10)

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Fundação Oswaldo Cruz, por intermédio do(a) Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, com sede no(a) Av. Brasil, 4365, na cidade de Rio de Janeiro - RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora, Sra. Rosane Cuber Guimarães, nomeado(a) pela Portaria nº 547, de 17 de Junho de 2025, publicada no DOU de 23 de Junho de 2025, portadora da Matrícula Funcional nº 1353412, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 10 de 10 de janeiro de 2024, do Sr. Presidente da Fiocruz, publicada no DOU, Seção 2, em 24/01/2024, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo nº 25386.000550/2026-10, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de abraçadeiras Hellermann, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do [edital de licitação] nº xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item Do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE IMUNOBIOLOGICOS – BIO-MANGUINHOS/FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos

valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)
Anexo

Cadastro Reserva

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Portaria da Diretoria Executiva

PORTARIA Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026

O Diretor Executivo da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 2.277, de 12 de abril de 2023, da Casa Civil; pela Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, da Fiocruz e pelo Decreto nº 11.228, de 07 de outubro de 2022 - Estatuto Fiocruz.

RESOLVE:**1.0 - PROPÓSITO**

Art. 1º Disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

2.0 - OBJETIVO**CAPÍTULO I****DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

Art. 2º Os licitantes ou contratados serão responsabilizados administrativamente pelo cometimento de infrações, e penalizados com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade sancionadora, com base nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

§1º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§2º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 3º Garantido o contraditório e a ampla defesa, serão consideradas infrações, com possibilidade de aplicação das respectivas sanções:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, e não se justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. advertência;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

III. dar causa à inexecução total do contrato:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

V. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível, solicitar desclassificação da proposta quando encerrada a etapa competitiva, deixar de apresentar amostra quando exigido no instrumento convocatório, ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a legislação em vigor, induzir deliberadamente a erro no julgamento das propostas, ou apresentar amostra falsificada, deteriorada ou em desconformidade com as especificações do edital:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XI. praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira):

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar também poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

§2º A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de competência exclusiva da Presidência da Fiocruz, será precedida de análise jurídica.

§3º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no *caput* do art. 2º desta Portaria.

§4º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§5º Respeitando os limites mínimos e máximos das sanções previstas para cada uma das infrações, a dosimetria será

calculada mediante utilização da tabela presente no Anexo I desta Portaria.

§6º No caso de infrações cometidas no âmbito dos certames licitatórios, a aplicação da sanção de multa terá como base de cálculo o valor estimado total do item ou lote pelo qual o licitante está objetivando a contratação, a ser expressa no edital/contrato.

§7º A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Fiocruz.

Art. 4º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora que poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsão do instrumento convocatório, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Fiocruz a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.

§2º A conversão prevista no § 1º será analisada no caso concreto, até o prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias de atraso, quando será automaticamente convertida para compensatória, podendo ensejar na extinção do contrato.

§3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.

§4º Também incidirá multa moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), nos casos de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

§5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Fiocruz a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, de 1º de abril de 2021.

Art. 5º Na aplicação das sanções previstas neste artigo serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CAPÍTULO II

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DAS SANÇÕES

Seção I

Das circunstâncias atenuantes

Art. 6º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, e desde que devidamente comprovadas, são situações que, cumulativamente, atenuam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;

III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se, cumulativamente, que:

- a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;
- b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
- c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.

V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à Fiocruz.

Seção II

Das circunstâncias agravantes

Art. 7º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, são situações que, cumulativamente, agravam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das

condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 8º No estabelecimento da pena, o cálculo para dosimetria da sanção considerará a soma dos critérios agravantes aplicáveis ao caso concreto, subtraído da soma dos percentuais atenuantes, e o resultado dessa operação indicará o percentual (alíquota) da multa e dos meses de impedimento/inidoneidade a serem aplicados.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Seção I

Da instauração do processo

Art. 9º Quando verificada hipótese de descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de referência, no projeto básico, no instrumento convocatório, no contrato administrativo, bem como em legislações correlatas, conforme o caso, o pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato deverá adotar as providências cabíveis, relacionadas ao seu poder-dever de agir.

Art. 10 As providências preliminares mencionadas no artigo anterior deverão ocorrer através de processo relacionado ao processo licitatório ou de gestão contratual, conforme o caso.

Art. 11 Observadas as razões para continuidade da apuração, o servidor público mencionado no art. 9º deverá providenciar a comunicação preliminar ao contratado/licitante para que este apresente seus esclarecimentos prévios. Parágrafo único. A comunicação preliminar do contratado/licitante deverá ser realizada por meio de instrumento formal, conforme exemplo previsto no Anexo II desta Portaria.

Art. 12 Após o envio da comunicação preliminar, caso o contratado/licitante apresente manifestação consistente ou reversão de conduta, após o prazo concedido, a apuração preliminar deverá ser encerrada.

Parágrafo único. Caso o contratado/licitante não apresente manifestação consistente, reversão de conduta ou abstenha de se manifestar, após o prazo concedido, o servidor público mencionado no art. 9º deverá solicitar à autoridade competente autorização para instauração do processo de apuração de responsabilidade, indicando, no que couber:

I. Descrição da conduta praticada pelo licitante ou contratado;

II. Indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;

III. Cópia do edital/termo de referência/projeto básico;

IV. Cópia do contrato, ou, na sua falta, do instrumento congênere, dos termos aditivos e dos apostilamentos, se houver;

V. Cópia de notas fiscais/fatura;

VI. Cópia da publicação da nomeação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou do recebimento do objeto;

VII. Comunicação preliminar com o comprovante de recebimento;

VIII. Documentos comprobatórios da infração em questão, com as devidas trocas de e-mails, fotos, e qualquer meio que comprove o ilícito administrativo;

IX- Resposta da comunicação preliminar, se houver;

X. Relatório contendo uma análise da Comunicação preliminar e a recomendação para a apuração de responsabilidade, conforme exemplo presente no Anexo III deste Decreto.

Art. 13 Recomenda-se a concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o licitante/contratado se manifeste em relação à comunicação preliminar de que trata o art. 11 desta Portaria.

Parágrafo único. A não manifestação do licitante/contratado no prazo concedido não obsta o prosseguimento do processo administrativo de apuração de responsabilidade.

Art. 14 A autoridade competente da Unidade, após análise, entendendo pelo prosseguimento do processo, emitirá o Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade, conforme Anexo IX desta Portaria, e o remeterá à Comissão de Apuração de Responsabilidade, para providências cabíveis.

Seção II

Da Comissão de Apuração de Responsabilidade - COAR

Art. 15 Garantindo o devido processo legal, para aplicação das sanções de que trata esta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido por Comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis e 1 (um) suplente, que será responsável pela avaliação dos fatos e circunstâncias, devendo o licitante/contratado eventualmente responsável ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretenda produzir.

§1º A Comissão poderá contar com o apoio de outros agentes vinculados às unidades licitantes e/ou fiscalizadoras das contratações em que tenham sido identificadas as irregularidades objeto da responsabilização.

§2º Havendo o deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante/contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§3º A Comissão poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§4º A Comissão formará sua convicção, motivadamente, com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

§5º Para a aplicação da sanção de advertência, prevista no inciso I, do art. 3º desta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido de forma sumária, com a aplicação da referida sanção pela própria Comissão de que trata o *caput* deste artigo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com a observação do previsto nos artigos 9º a 13, desta portaria.

§6º Cada unidade descentralizada deverá constituir Comissão própria para condução do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de que trata esta Portaria.

Seção III Do julgamento

Art. 16 Encerrados os procedimentos e diligências previstos nos artigos anteriores, a Comissão remeterá o processo de apuração de responsabilidade à autoridade competente da Unidade, devidamente instruído com o relatório final, para emissão de decisão.

Art. 17 O relatório final da Comissão é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento e proposta fundamentada de decisão, devendo conter, no mínimo:

- I. os fatos;
- II. os argumentos apresentados;
- III. as provas eventualmente apresentadas;
- IV. os fundamentos legais e contratuais para a eventual aplicação da sanção, quando for o caso;
- V. a dosimetria da sanção baseada na Tabela presente no Anexo I desta Portaria; e
- VI. outras informações necessárias e pertinentes.

Art. 18 A autoridade competente, após receber o processo administrativo correspondente, poderá encaminhar à Procuradoria Federal para emissão de parecer jurídico, em caso de dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a, ou quando a Comissão concluir pela sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º Após a emissão do parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para decisão.

§2º A sanção de inidoneidade para licitar ou contratar será obrigatoriamente precedida da análise jurídica pela Procuradoria Federal.

Art. 19 A autoridade competente proferirá decisão, acatando ou não o relatório final apresentado pela Comissão, motivando sua posição.

§1º Na hipótese de a autoridade competente concordar com o Relatório emitido, poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pela Comissão, ratificando-os.

§2º Ao proferir decisão no processo de apuração de responsabilidade, a autoridade competente deverá verificar se foram obedecidos, nos respectivos autos, os pressupostos de validade e desenvolvimento regular.

Art. 20 A decisão proferida deverá ser objeto de notificação do licitante/contratado, por meio de correspondência oficial acompanhada de cópia do relatório de conclusão da instrução e da decisão da autoridade competente.

Art. 21 À autoridade competente da Unidade compete a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.

Art. 22. À Comissão compete a aplicação da sanção de advertência, cabendo recurso à Autoridade Competente.

Art. 23 Nos termos do inciso I, do §6º, do artigo 156, da lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, compete ao presidente da Fiocruz a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Art. 24 Da decisão pela sanção do licitante/contratado responsável pelas infrações previstas nesta Portaria caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação de decisão.

§1º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 25 Nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a autoridade competente para decidir sobre o recurso poderá se valer do auxílio da Procuradoria Federal para elaboração de suas decisões em relação aos recursos e pedido de reconsideração, quando houver dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a.

Art. 26 Mantida a decisão recorrida, ou esgotados os prazos recursais, o licitante/contratado será devidamente intimado da decisão final, e a autoridade encaminhará os autos do processo para o setor técnico proceder com o registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fiocruz, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização e suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 28 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outros dispositivos legais que também sejam tipificados como atos lesivos pela lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

CÁPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 30 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a Fiocruz, exigidos, cumulativamente:

I. a reparação integral do dano causado;

II. o pagamento da multa aplicada;

III. o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º desta Portaria exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Art. 31 Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, a Comissão atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 32 A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não impede a responsabilização civil e criminal dos licitantes ou contratados.

Art. 33 Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos instaurados com base nesta Portaria, no que couber, as disposições da lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 34 As previsões desta Portaria não se aplicam às infrações e sanções referentes a licitações e contratos administrativos regidos pela lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 35 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte, como anexo, de todos os editais de licitação publicados por todas as unidades da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação prévia jurídica.

Art. 36 Fica revogada a Portaria COGEAD nº. 185, de 10 de junho de 2024.

3.0 - VIGÊNCIA

Art. 37 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DE CARVALHO LIMA, Diretor(a) Executivo**, em 24/02/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5933953** e o código CRC **47CE16BD**.

Anexo I

Dosimetria das Sanções

Critérios	Escala						Pontuação
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	
Natureza e a gravidade da infração cometida				x			3
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle				x			3
Os danos que dela provierem para a Administração Pública					x		4
As peculiaridades do caso concreto						x	5

Dosimetria e Circunstâncias

Selecione as possíveis sanções/incisos:

Impedimento

IV

Sem Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
15	11,18%	27	-

Atenuante/Agravante (%)			
Atenuantes (até 20%)		1	-4%
Agravantes (até 20%)		4	20%
Total		5	16%

Com Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
17	12,97%	31	-

Nota 1: Para o cálculo da multa a ser aplicada, foi adotado um modelo de fator progressivo, no qual o percentual aumenta de forma escalonada, de acordo com a pontuação atribuída no Quadro de Dosimetria, respeitando os percentuais mínimos e máximos estabelecidos na Portaria e no art. 156 da Lei 14.133/2021.

Nota 2: De forma similar, foram calculados os meses para aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade de licitar e contratar. A partir dos limites superior e inferior dos meses e da pontuação do Quadro de Dosimetria, foi calculado um fator a ser aplicado progressivamente, conforme o aumento da pontuação. Assim, 01 ponto corresponde à 01 mês e 20 pontos a 36 meses no caso do impedimento de licitar e contratar. Já a sanção de inidoneidade, 01 ponto corresponde a 36 meses e 20 pontos a 72 meses, conforme limites

estabelecidos na legislação. A cada um ponto adicionado, foram aplicados os fatores de 1,842 e 1,895 para impedimento e inidoneidade, respectivamente.

As circunstâncias agravantes ou atenuantes		Aplicável?	%
Atenuantes (Até 50%)	I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado		-4%
	II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;		-4%
	III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;		-4%
	IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à FioCruz, observando-se, cumulativamente, que: a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;		
	b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;	X	-4%
	c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.		
	V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à FioCruz.		-4%
Agravantes (até 50%)	I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da FioCruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;	X	5%
	II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;	X	5%
	III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou	X	5%
	IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.	X	5%
Total			16%

Nota 3: Foi adotado o percentual máximo de 20%, conforme modelo de parâmetros agravantes e atenuantes estabelecido no Manual de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União.

Anexo II
Modelo de Comunicação Preliminar

Comunicação Preliminar

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

ENDEREÇO: XXXXXX

A/C: Sr. Representante Legal

Assunto: Solicitação de esclarecimentos ou providências quanto a execução do Contrato XX/2025 – Processo Administrativo XXXXXX/2025-XX.

COMUNICAÇÃO PRELIMINAR

Prezado(a),

Com amparo na Lei nº 14.133, de 2021, solicito justificativas ou esclarecimentos, bem como adoção de eventuais providências, sobre os fatos abaixo relacionados: A contratada EMPRESA xxx LTDA, até a presente data, não cumpriu ao previsto na cláusula xx do Edital do certame licitatório de nº. Xx - cláusula xx do Termo de Referência, uma vez que xxx.

Alertamos que o licitante/contratada está sujeito às penalidades previstas na Cláusula xx, também do Edital.

Tendo em vista os fatos acima elencados, requer-se a imediata regularização da situação supracitada.

Por oportuno, informo que o não atendimento da providência ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará instauração de procedimento administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas na Portaria nº. xxx e na legislação correlata em vigor, e será processado de acordo com as seguintes fases:

- (a) instauração do processo para apuração de responsabilidade;
- (b) fase da defesa prévia: será aberto prazo para apresentação de defesa prévia do licitante/contratado;
- (c) fase de aplicação da sanção: se os argumentos presentes na defesa não forem suficientes para afastar a sanção prevista e/ou não forem apresentadas as provas do alegado, a sanção será aplicada pela autoridade competente com abertura de prazo para recurso administrativo;
- (d) fase recursal: protocolado o pedido de reconsideração ou recurso, se não reconsiderar a decisão, a autoridade que aplicou a sanção remeterá o recurso à autoridade imediatamente superior para análise e decisão sobre o recurso;
- (e) fase executória: caso haja a manutenção da decisão de aplicação da penalidade, esta será registrada no SICAF e a multa será cobrada do licitante/contratado.

Atenciosamente,

Servidor
SIAPE

Anexo III

Modelo de Relatório a ser enviado à Comissão – Descrição da Infração

1. Identificação do Contrato

- Número do Contrato: _____
- Objeto do Contrato: _____
- Processo Administrativo nº: _____
- Unidade Administrativa Responsável: _____
- Vigência do Contrato: // _____ até // _____
Ou

2. Identificação do Certame

- Número do Certame: _____
- Objeto: _____
- Item licitado: _____

3. Identificação do Contratado/Licitante

- Razão Social: _____
- CNPJ: _____
- Representante Legal: _____
- Telefone/E-mail: _____

4. Dados da Ocorrência

Data da ocorrência: ____/____/____

Local da ocorrência: _____

Data da constatação pela fiscalização: ____/____/____

5. Descrição da Possível Infração

- Data da Ocorrência: // _____
- Local da Ocorrência: _____

- Tipo de Infração:

- ☐ Inexecução total/parcial do objeto
- ☐ Descumprimento de prazos
- ☐ Entrega de produto/serviço fora das especificações
- ☐ Conduta incompatível com a ética contratual
- ☐ Outros: _____

6. Descrição Detalhada da Infração

(Descrever de forma clara e objetiva os fatos observados, indicando como a conduta do contratado configura descumprimento contratual.)

7. Dispositivos Afetados

Cláusula violada: _____

8. Evidências Comprobatórias

(Relacionar documentos, registros, cópias de e-mails, notificações, atas de reunião, fotografias, relatórios, registros de não conformidade, ofícios ou comunicações que demonstrem a infração.)

9. Tentativas de Solução

(Comunicação prévia com o fornecedor para resolução amigável; Registro de reuniões, tratativas ou acordos não cumpridos; Propostas de correção ou substituição recusadas)

10. Consequências da Infração

(Descrever os impactos da infração, tais como atrasos, prejuízos causados à administração - financeiros, operacionais, reputacionais; riscos à continuidade do serviço ou fornecimento; afetação de terceiros ou usuários finais, outros.)

11. Histórico de Execução

(Registros anteriores de desempenho do fornecedor, notificações ou advertências já emitidas, cumprimento de prazos anteriores.)

12. Medidas Adotadas pela Administração

- Notificação formal enviada em // _____
- Prazo concedido para manifestação: _____ dias
- Resposta do fornecedor:

☐ Recebida em // _____

☐ Não recebida até a presente data

Manifestação do gestor quanto às alegações apresentadas na resposta à Notificação.

13. Proposta de Sanção (se aplicável)

- ☐ Advertência
- ☐ Multa contratual
- ☐ Suspensão temporária de participação em licitações
- ☐ Declaração de inidoneidade

Fundamentação: _____

14. Responsável pela Constatação da Infração

Nome: _____

Cargo/Função: _____

SIAPE: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

De acordo da Autoridade Competente: _____

Data: ____/____/____

Anexo IV**Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade**

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2____.

Recebidos os documentos preliminares previstos no parágrafo único do art. 12 da Portaria nº XX/2025, autorizo a instauração processual de Apuração de Responsabilidade e abertura da fase de instrução.

Encaminhe-se à Comissão de Apuração de Responsabilidade para análise e providencias cabíveis.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

Anexo V
Notificação para defesa prévia

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de _____ de 2__

À EMPRESA xxxx LTDA.
CNPJ: 00.000.000/0001-00
RUA XXXXXXXX, Nº XXXX
BAIRRO XXXXXXXX
CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: Notificação para apresentação de defesa prévia

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar), vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada) acerca dos seguintes fatos:
2. Resumo dos fatos: descrição dos fatos com um nível de detalhamento que propicie à empresa apresentar sua defesa prévia de forma ampla. Indicar, se for o caso, o período, valores, nome dos terceirizados envolvidos e outras informações consideradas importantes.
3. Referência Legal/Edital/Contrato: indicar as cláusulas do Edital ou Contrato, bem como da legislação correlata que foram infringidas.
4. Sanções Correlatas: indicar qual ou quais sanções previstas para o fato em que a empresa poderá ser sancionada, se restar comprovada a infringência da Lei, Edital e/ou Contrato.
5. Em resposta ao Ofício nº de/...../....., encaminhado pelo (nome do órgão ou entidade contratante), por meio do qual foram relacionados os fatos acima elencados, essa empresa (nome da

6. empresa contratada) apresentou justificativas em/...../....., bem como anexou as provas documentais que julgou pertinentes.
7. As justificativas apresentadas foram examinadas pelo setor competente, juntamente com os documentos que a instruíram, com o fim de amparar os argumentos da defesa. Ocorre que ficou constatado xxxx, não sendo possível aceitar como justificativa xxx, conforme a análise feita pelo setor competente constante do relatório/nota técnica, juntada em anexo.
8. Assim, fica essa empresa notificada para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigida a (nome da autoridade máxima do órgão), no endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone), tendo em vista que a avaliação do setor competente indicou ser o caso de aplicação de sanções administrativas previstas no inciso xx, do art. 3º, da Portaria nº. Xx.
9. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição da defesa prévia.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

ANEXO VI
Aplicação de Penalidade

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de ____ de 2__.

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

RUA XXXXXXXX, Nº XXXX

BAIRRO XXXXXXXX

CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE/RESCISÃO CONTRATUAL (nota explicativa: somente incluir a rescisão contratual na hipótese de ser adotada juntamente com a imposição da penalidade)

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar) vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada), já qualificada no Contrato (número e ano do contrato) da aplicação da penalidade (descrever a pena aplicada, por ex. advertência, multa, etc.) e da rescisão do Contrato nº. XX/XX (nota explicativa: manter o trecho sublinhado somente se for notificar conjuntamente acerca da rescisão contratual e da aplicação de penalidade), conforme decisão fundamentada da autoridade, juntada em anexo.
2. Assim, fica a empresa notificada para, querendo, apresentar RECURSO, conforme previsto nos art. 24, da Portaria nº. Xx, e nos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigido a (nome da autoridade máxima do órgão, no

3. endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone).
4. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), podendo ser disponibilizado digitalmente caso haja necessidade, o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição do recurso.

Nome da autoridade

Cargo

